



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

E Depois do Desenvolvimento?
Reflexão teórica sobre a Pertinência de novos Conceitos

Cátia Sofia da Silva Caldeira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**E Depois do Desenvolvimento?
Reflexão teórica sobre a Pertinência de novos Conceitos**

Cátia Sofia da Silva Caldeira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

“I have come to learn, more and more, that using money is just one way of doing things. It is a way of apportioning reward to those who help build the road but it is completely unnecessary for the road’s construction.” (Mark Boyle)

AGRADECIMENTOS

Primeiro que tudo, o meu muito obrigado ao orientador desta dissertação, Rogério Roque Amaro, por toda a disponibilidade e pela liberdade dada em traçar o meu próprio caminho. O ser um poço de sabedoria foi altamente inspirador para querer ser mais e melhor.

À Sara Pinto pelo apoio e dedicação e por constantemente me lembrar “E porque não?” quando as dúvidas teimam em aparecer.

À Margarida Mendes pelas horas de “*brain storming*” e pela partilha de vontade em fazer a diferença.

Por fim, ao Rui Caldeira e Cândida Caldeira, os melhores pais que se pode ter.

Sem vós não existia um sentido.

RESUMO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial que as relações internacionais se têm mostrado bastante preocupadas com os níveis de Desenvolvimento dos países. O capital gasto em projetos desta natureza tem sido imenso, mas os resultados teimam em não aparecer. As críticas vão surgindo das mais variadas áreas acadêmicas, todas reclamando o caráter altamente preconceituoso e imperialista deste pensamento, sendo visto como uma desculpa para a intervenção e intromissão nos países economicamente mais fracos. Neste cenário, ganham importância o aparecimento de conceitos e campos de estudo alternativos, que pretendem intervir nos campos esquecidos pelo Desenvolvimento.

Este trabalho pretende apresentar três conceitos que destacam precisamente as dimensões que são desvalorizadas pelos agentes de Desenvolvimento, a Felicidade, o Bem-Estar e o *Buen Vivir*. Está dividido em três grandes capítulos, sendo que no primeiro é elaborada uma história sucinta do Desenvolvimento. No segundo capítulo estão presentes as críticas efetuadas ao mesmo, estabelecendo já as bases para o aparecimento de novas ideias, e no terceiro capítulo serão apresentados os novos conceitos.

A existência de linhas de pensamento que defendem que o Desenvolvimento se encontra obsoleto, aliada à sua crescente notoriedade, poderá representar uma eminente mudança de paradigma. Impõe-se uma reflexão sobre estes conceitos, na tentativa de perceber qual o seu papel no Desenvolvimento, nomeadamente se poderão ajudá-lo a ganhar credibilidade junto dos países em desenvolvimento ou se contribuirão para um entendimento de Pós-Desenvolvimento.

O futuro do Desenvolvimento terá que passar forçadamente pelo reconhecimento e aceitação da diversidade cultural, sob o risco de ser ultrapassado.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Felicidade; Bem-Estar; *Buen Vivir*; Crescimento económico;

JEL Classification: 019; I310

ABSTRACT

Since the end of the Second World War the international relations have shown concern with the Development levels of countries. The capital expenditure on projects of this nature has been immense, but the results insist on not appearing. The criticisms come from different academic fields, all claiming the highly prejudice and imperialistic character of this thought, being seen as an excuse for an intervention and interference in economically weaker countries. In this scenario, it becomes important the ascent of concepts and alternative fields of study, wanting to intervene in the areas overlooked by Development.

This work intends to present three concepts that highlight precisely the dimensions that are underestimate by the agents of Development, Happiness, Well-being and Buen Vivir. It is divided in three main chapters, the first presenting a brief history of Development. In the second chapter, we present the criticism made towards Development, making ground for the appearance of new ideas, and in the third chapter the new concepts will be presented.

The existence of lines of thought defending that Development is obsolete, linked with their growing notoriety may represent an imminent paradigm shift. It is imperative to reflect about these concepts, in an attempt to understand their role in Development, especially if they can help it to gain credibility in the developing countries or if they will contribute to a Post-Development reality.

The future of Development will have to recognize and accept the cultural diversity, at the risk of being overgrow.

Keywords: Development; Happiness, Well-being; Buen Vivir; Economic growth

JEL Classification: 019; I310

ÍNDICE

ÍNDICE	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	1
I. NARRATIVAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	5
1.1. A Era Dourada	5
1.2. O Crescente Desconforto Com o Desenvolvimento	8
1.3. A Emergência de Novos Conceitos	10
1.4. Conclusão	16
II. CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO	19
2.1. Desenvolvimento Comunitário	19
2.2. François Perroux e o Novo Desenvolvimento.....	20
2.3. Teoria da Dependência e Teoria do Sistema-Mundo.....	22
2.4. O “Outro Desenvolvimento” da Fundação Dag Hammarskjöld	24
2.5. Limites ao Crescimento.....	25
2.6. Necessidades Básicas	27
2.7. Desenvolvimento como Liberdade.....	29
2.8. Pós-Desenvolvimento.....	31
2.9. Serge Latouche e o Decrescimento Sereno	35
2.10. Conclusão	37
III. NOVOS CONCEITOS.....	39
3.1. Felicidade	39
3.1.1. As Origens	39
3.1.2. Definição	42
3.1.3. Butão e o “Gross National Happiness”	45
3.2. Bem-Estar.....	48
3.2.1. Definição	48

3.2.2. Como se mede?	52
3.3. <i>Buen Vivir</i>	56
3.3.1. Definição	56
3.3.2. Como se mede?	57
3.3.3. A Resposta Sul-Americana	58
3.3.4. <i>Buen Vivir</i> nas Constituições Boliviana e Equatoriana	60
3.3.5. Economia de Reciprocidade	63
3.3.6. Epistemologias do Sul	64
3.4. Conclusão	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS	73

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

EUA – Estados Unidos da América

FIB – Felicidade Interna Bruta

NEF – New Economics Foundation

OCDE – Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PADHI – Psychosocial Assessment of Development and Humanitarian Interventions

PIB – Produto Interno Bruto

WHOQOL – World Health Organization Quality of Life

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, enquadrado no Departamento de Economia Política do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, foi elaborada esta dissertação cujo tema incide sobre a atualidade do conceito de Desenvolvimento e qual o papel dos novos conceitos.

O paradigma do Desenvolvimento tem sido a base para a formação e atuação de várias organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e até mesmo a União Europeia (UE) que tiveram a sua génese no reconhecimento da importância da união de esforços na reconstrução dos países e economias depois da Segunda Guerra Mundial. Os primeiros anos de vida do Desenvolvimento, como ciência académica, foram de um enorme fôlego existindo uma crença exacerbada que existiam passos lógicos a seguir para que um país alcançasse um crescimento económico contínuo.

Se na Europa os planos de ajuda económica para a reconstrução dos países tiveram um sucesso assinalável, tal não aconteceu quando o foco se transferiu para os países do Sul. Os enormes recursos gastos nestas operações sem alcançarem os resultados esperados ditaram o aparecimento de várias vozes críticas, que alertavam para as atuações desadequadas e ofensivas para com as populações locais, mas o problema não se limitava ao desrespeito e desajustamento de tais intervenções, sendo que o Desenvolvimento não poderia continuar a seguir a fórmula de industrialização, modernização e crescimento económico, sob pena de cair num sério risco ambiental, com repercussões catastróficas para todo o planeta.

Estes sobressaltos e problemáticas serviram para uma evolução do conceito surgindo novas formas de Desenvolvimento cujas atuações tinham em consideração todos os pontos anteriormente problemáticos. A problemática é que nem mesmo esta transformação e aparecimento de formas de Desenvolvimento mais sustentáveis e equitativas resfriaram os ânimos das populações interessadas. Desta forma, foram surgindo linhas de pensamento e conceitos que defendem a construção de um novo paradigma, livre de todos os preconceitos e desconfianças embutidos no Desenvolvimento.

A escolha deste tema prende-se com a pertinência em discutir qual a atualidade e adequação do Desenvolvimento como meio de intervenção e até mesmo do significado do Desenvolvimento como conceito. Não obstante todas as reformulações do Desenvolvimento que foram surgindo, como o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Comunitário, o Desenvolvimento Humano, entre outros, teima em não

existir um consenso sobre os benefícios deste. Consideramos assim imperativa a realização de uma abordagem às críticas efetuadas ao Desenvolvimento, percebendo como estas contribuíram para a sua construção e evolução, sendo igualmente interessante apresentar e discutir novos conceitos emergentes que poderão ter um impacto neste campo. Existe também curiosidade pessoal em conhecer ideias que, sem grandes recursos, produzem verdadeiras mais-valias nas populações em que atuam. É refrescante ter contato com conceitos e projetos que pegam em tradições com uma longa história e assim reforçam os laços comunitários e valorizam os seus elementos, em vez de os rotular como subdesenvolvidos demonstrando que a sua cultura pode, e deve, ser o caminho para a sua realização pessoal. Além do mais, é curioso este retorno e redescoberta de costumes e estilos de vida antigos, mais simples, existindo verdadeiros movimentos cujas práticas assentam precisamente neste espírito de revivalismo.

Este tema ganha também importância quando analisamos a atual realidade nacional, e até mesmo internacional, e vemos uma agenda marcada pelo alarmismo económico resultante das crises financeiras que se foram tornando mais comuns. Vão surgindo reservas sobre a forma como a vida moderna está organizada, assente nos valores da acumulação de riqueza e consumismo exacerbado, avançando com alternativas que defendem uma nova mentalidade, mas tal ocorrência não acontece somente nos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento reclamam, cada vez mais, uma voz ativa nos valores que imperam nas suas sociedades fazendo uma demarcação clara de seguir as pisadas do Ocidente. Se em toda a História foram os países mais pobres a ter que aprender com o Ocidente, agora parece que são os primeiros a ter uma palavra a dizer sobre como formar uma sociedade harmoniosa. Se o Desenvolvimento tem como principal foco o trabalho deste grupo de países, será interessante analisar o que estes têm a dizer sobre a temática. É extremamente importante a produção de trabalhos que apresentem os costumes das populações mais carenciadas, demonstrando as dinâmicas existentes cujos propósitos são a coesão social, sentimento de justiça e espírito de entreajuda. Muitos defendem que o Desenvolvimento deverá dar lugar a estas práticas, mas será que as mesmas não podem ser uma base para a criação de um novo entendimento de Desenvolvimento?

A ambição em prosseguir por uma carreira na área do Desenvolvimento impõe que estudemos e conheçamos todas as críticas ao Desenvolvimento e quais as razões porque falham tantos projetos de Desenvolvimento, de forma a evitar cair nos mesmos erros. Além do mais, exige-se um conhecimento dos conceitos que emergem, com abordagens inovadoras, de forma a poder incluí-los em futuros projetos pessoais e profissionais, fazendo um melhor

trabalho.

O objetivo desta dissertação passa, então, por apresentar os novos conceitos ligados ao Desenvolvimento, nomeadamente a Felicidade, Bem-estar e *Buen Vivir*, sempre com o intuito de demonstrar a forma como estes são inovadores na sua abordagem. Para além do mais, será importante enquadrá-los na temática das críticas ao Desenvolvimento, tentando responder se contribuirão para a transformação ou ruptura com este. Um dos objetivos pessoais a serem atingidos com este trabalho é, sobretudo, discutir uma problemática cada vez mais pertinente e poder contribuir para a evolução da mesma: Desenvolvimento do quê? E para quem? A aparente simplicidade e os próprios objetivos dos conceitos de que aqui falamos ganham um interesse altamente apelativo, defendendo um estilo de vida mais moderado, de maior contemplação e plena vivência harmoniosa, sendo um paradoxo considerando o quanto evoluímos. Existe um questionar do porquê de ser da sociedade moderna que é, na óptica pessoal, curioso estudar. Assim, será também um objetivo que este trabalho seja uma compilação resumida da história do Desenvolvimento, das suas problemáticas atuais e quais os conceitos que lhe poderão dar um novo fôlego ou quebrar com o seu ciclo.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo fala-se das origens do Desenvolvimento e qual o seu conceito e objetivos durante esta primeira fase, tocando já superficialmente nas críticas que se começam a sentir e que resultam no aparecimento de novos conceitos de Desenvolvimento. As críticas ao Desenvolvimento são apresentadas de forma mais detalhada no capítulo número dois, com especial enfoque no Pós-Desenvolvimento e Decrescimento, conceitos que apresentam ideias mais arrojadas. No capítulo terceiro será efetuada a apresentação e análise da Felicidade, Bem-Estar e *Buen Vivir*, fazendo também menção a algumas práticas e medições de tais ideias. Concluimos o trabalho elaborando uma reflexão crítica ao que foi anteriormente dito e tentando responder às questões colocadas.

A metodologia seguida estará centrada na apresentação e revisão da bibliografia que se crê ser mais pertinente nesta temática, pretendendo ser um exercício crítico e analítico. Relativamente à formalização, este trabalho encontra-se de acordo com o documento “Normas para a Formatação e Apresentação gráfica a Dissertação ou Trabalho de Projecto dos Mestrados da Escola de Ciências Sociais e Humana” (ISCTE UL, 2013), para o Departamento de Economia Política.

I. NARRATIVAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Originado no seio da Ciência Económica, o conceito de Desenvolvimento teve na sua génese a preocupação com o crescimento económico. No entanto, a crescente importância do Desenvolvimento fê-lo ser objeto das atenções de várias outras disciplinas que lhe tentaram dar o seu cunho.

Se num primeiro momento foi visto como a solução para as questões da pobreza e avanço dos países mais pobres, desde os anos 70 que o seu estado de graça tem vindo a diminuir. Constatou-se que as premissas deste conceito eram demasiado simplistas e redutoras, imperando a ideia que seguia passos sequenciais. A isto, vêm juntar-se as críticas de várias Organizações Não Governamentais (ONG), agentes de Desenvolvimento e de vários economistas, de diferentes nacionalidades, com trabalho focado nos abusos cometidos em nome do dito Desenvolvimento.

Este capítulo dedica-se a explicar e compreender as origens do conceito e a forma como este tem evoluído. A primeira parte foca os primeiros anos do conceito, uma época de grande fulgor e entusiasmo. A segunda parte foca no desconforto que foi surgindo com o conceito, com especial incidência nas Teorias da Dependência e, por fim, a atenção vira-se para os novos conceitos de Desenvolvimento que surgiram e o porquê de tal acontecer.

1.1. A Era Dourada

As origens académicas do Desenvolvimento estão indubitavelmente enraizadas na Ciência Económica. Embora o Desenvolvimento como conceito académico tenha emergido após a Segunda Guerra Mundial, já desde o século XVIII que se reflete sobre os seus predicados. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa foram duas fontes de grande mudança trazendo consigo novas ideias e mentalidades e capacitando as suas sociedades para novos e ambiciosos objetivos. É sabido que a Revolução Industrial veio modificar o paradigma do modo como as indústrias trabalhavam e, principalmente, as condições de produção, alterando por completo as formas como as trocas comerciais eram efetuadas e permitindo o avançar científico e tecnológico. A Revolução Francesa, baseada mais numa modificação de valores humanos e políticos, trouxe consigo a valorização do esforço do indivíduo e da recompensa do seu trabalho. Estes dois acontecimentos levaram a uma sociedade baseada na industrialização e modernização, tanto assim foi que os primeiros autores de referência da Ciência Económica – Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo

e Karl Marx – focaram muitos dos seus trabalhos na questão do crescimento e desenvolvimento económico, embora nem sempre com estas denominações. As preocupações e objetivos dos países passaram pelo crescimento das suas indústrias, como forma de gerar riqueza e alargar os seus mercados.

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou um novo início para o Desenvolvimento, cimentando-o como um conceito científico. Analisando os contextos económicos, políticos e sociais percebemos o porquê de isto acontecer. Com uma Europa destruída e em necessidade urgente de se reerguer, houve uma enorme preocupação dos líderes mundiais em adotar políticas que estimulassem as principais economias europeias. Em 1949, o discurso inaugural de Harry Truman, como presidente dos Estados Unidos da América (EUA), é tido como o marco que lança as preocupações do Desenvolvimento, sublinhando o quão importante era a ajuda às regiões mais “subdesenvolvidas” (Peters e Woolley, 2014). H. W. Arndt em *“Economic Development: The History of an Idea”*, levanta o véu para algumas das razões que explicam a atenção e preocupação para o desenvolvimento económico.

A ascensão da União Soviética e o consequente alastrar da influência comunista deu aos países menos desenvolvidos o *status* de um Terceiro Mundo progressivamente capaz de tirar vantagens da Guerra Fria entre as superpotências para pressionar as suas exigências. No Ocidente, as exigências do poder eram reforçadas pelo compromisso da opinião pública influente aos princípios liberais e humanitários que consideravam inaceitáveis as regras coloniais e os contrastes gritantes entre a vida nos países ricos e pobres (Arndt, 1987: 49-50, tradução livre).

Sendo de salutar toda esta atenção para com as áreas geográficas menos desenvolvidas do mundo, a verdade é que tal não foi desprovido de segundas intenções, tal como podemos constatar com o supracitado. A Guerra Fria levou com que as duas superpotências em questão, EUA e União Soviética, avançassem na procura de aumentar as suas esferas de influência, sendo a ajuda económica a arma de sedução mais utilizada. Tanto o Plano Marshall como o Council for Mutual Economic Assistance (COMECON), eram programas destinados aos respetivos aliados para que estes reconstruíssem as suas economias e progredissem, garantindo subliminarmente a influência de cada potência. Mais tarde, este ponto ganharia enorme importância como meio de protesto às formas de atuação dos desígnios do Desenvolvimento, fato que será exposto mais à frente.

É impossível falar nesta primeira fase do Desenvolvimento como crescimento económico e não focar o trabalho dos dois autores que mais defendem estes postulados, Arthur Lewis e W. W. Rostow.

O artigo “Development with Unlimited Supplies of Labour” de Lewis (Levitt, 2008),

escrito em 1954, é tido com um marco do campo do desenvolvimento económico. A exposição discorre sobre a importância que existe na deslocação de mão de obra das atividades tradicionais, como a agricultura, para atividades de produção mais modernas. É evidente que Lewis dá um claro favorecimento à existência de estruturas modernas, visto serem elas as responsáveis pelos altos níveis de produtividade que permitem o crescimento económico (Levitt, 2008).

Já W. W. Rostow é amplamente reconhecido por “*As Fases do Crescimento Económico*” (1964). Nesta sua tese, Rostow defende que cada nação passa por cinco fases de forma a alcançar o Desenvolvimento, sendo elas: sociedade tradicional; condições prévias de arranque; arranque; maturidade e sociedade de consumo em massa. É uma narrativa bastante fechada e limitada, dada a sua interpretação de que cada país teria de passar por todas estas fases, dando a ilusão de que tanto o Desenvolvimento como o crescimento económico são processos estandardizados e universais.

Estes dois autores personificam exemplarmente o espírito de como se encarava o Desenvolvimento nesta fase. Havia um claro desprezo pelas sociedades e estruturas tradicionais, desejando que os países menos desenvolvidos seguissem as pisadas das nações mais industrializadas para que assim alcançassem o mesmo estatuto. Mesmo não defendendo que crescimento económico fosse condição necessária para haver Desenvolvimento, a verdade é que consideravam uma pré-condição para o mesmo.

Este é o pensamento vigente na primeira fase da teoria do Desenvolvimento, fase essa que vai desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aos anos 70. Roque Amaro (2004) fala em onze mitos dominantes do pensamento desenvolvimentista de então: economicismo; produtivismo; consumismo; quantitativismo; industrialismo; tecnologismo; racionalismo; antropocentrismo; etnocentrismo e uniformismo. O objetivo é uma sociedade virada para a economia e crescimento económico, com altos níveis de produtividade e com um alto estímulo ao consumo em massa, sendo apoiada por uma forte industrialização, baseada na mais recente tecnologia. As preocupações estão todas viradas para aqui, nada mais interessa do ponto de vista económico. No campo do Desenvolvimento, esta fase é denominada por “*Golden Age*” pois todas estas políticas, e conseqüente crescimento económico, resultaram num aumento generalizado dos níveis de produção, produtividade e consumo sobretudo nos países desenvolvidos. Registaram-se igualmente avanços científicos e tecnológicos significativos que tiveram como consequência uma melhoria dos níveis de vida.

1.2. O Crescente Desconforto Com o Desenvolvimento

Todos os avanços registados não foram um impedimento ao surgir de algum desconforto e até mesmo de um tom crítico para com a forma como o Desenvolvimento atuava.

François Perroux, notável economista, dedicou parte do seu trabalho precisamente ao campo do Desenvolvimento, revelando-se bastante crítico sobre os moldes como este era efetuado. Para Perroux (1981) era inconcebível que as políticas do Desenvolvimento não tivessem em consideração as especificidades culturais das áreas sob as quais atuavam, exportando modelos europeus de crescimento e esperando que estes resultassem em áreas com carências mais graves de que só a falta de crescimento económico.

Por sua vez, Gilbert Rist aponta que a criação do Desenvolvimento originou um conseqüente campo antagónico, o subdesenvolvimento. Dezenas de países perderam a sua identidade nacional para passarem a ser reconhecidos como um grupo de países subdesenvolvidos dependentes de uma agenda assente no consumo de recursos naturais, com conseqüências ambientais, e na modificação das suas estruturas sociais. Rist denuncia o discurso do presidente Truman como o momento em que milhões de pessoas viram denegrida a sua cultura, tendo que aceitar a adoção dos valores ocidentais (Rist, 2009).

Toda esta comoção levou a que os próprios alvos do Desenvolvimento fizeram sentir o seu descontentamento, denunciando as falhas em produzir os efeitos esperados. Os académicos latino-americanos avançaram com a Teoria da Dependência como forma de explicação para as falhas do Desenvolvimento nos países menos desenvolvidos. Segundo esta teoria, as relações entre as nações mais ricas e as menos desenvolvidas encontram-se viciadas, onde os primeiros recolhem todos os frutos, em detrimento dos segundos. Dos países mais desfavorecidos saíam matérias-primas para os países ricos, sendo aí transformados e depois vendidos aos países da periferia com um preço acrescido. Não só os países da periferia se vêem privados dos seus recursos naturais a preços incrivelmente baixos, como depois os compram a preços exorbitantes.

Os enormes benefícios que derivam da crescente produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável à obtida pelas pessoas dos grandes países industriais. (...) Assim, existe um óbvio desequilíbrio, um fato que, qualquer que seja a sua explicação ou justificação, destrói a premissa base subjacente à divisão internacional do trabalho (Prebisch, 1950: 1, tradução livre).

Andre Gunder Frank optou por um discurso bastante mais radical, defendendo a tese

de que o subdesenvolvimento é um produto direto do Desenvolvimento, ou seja, para uns se poderem desenvolver, outros tiveram que se tornar subdesenvolvidos.

Os países agora desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido pouco desenvolvidos. Acredita-se também que o subdesenvolvimento contemporâneo de um país pode ser entendido como produto ou reflexo somente das suas características ou estruturas económicas, políticas, sociais e culturais. No entanto, a pesquisa histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, um produto histórico de relações passadas e atuais entre o satélite subdesenvolvido e os países metropolitanos desenvolvidos (Frank, 1966: 18, tradução livre).

Já na Teoria do Sistema-Mundo, proposta pelo norte-americano Immanuel Wallerstein, pretendia explicar como a divisão do trabalho permitia que os países da periferia e semiperiferia fossem constantemente explorados, mantendo a sua condição subordinada e dominada, de onde dificilmente poderiam sair. Esta divisão do trabalho permitia que os países do centro reinassem nas indústrias de ponta altamente qualificadas, restando aos países da periferia e semiperiferia a aposta em indústrias e ofícios em que fossem necessárias poucas qualificações. Embora a teoria tenha surgido na década de 70, Wallerstein destaca que o Sistema-Mundo teve início no século XVI e mantém-se até aos dias de hoje, graças à existência de diversas instituições que perpetuam este estado (Wallerstein, 2005). Convém realçar que a Teoria do Sistema-Mundo era um pouco mais otimista que a Teoria da Dependência, acreditando que um país poderia sair da periferia e semiperiferia e tornar a sua posição mais vantajosa.

Por fim, é importante analisar as críticas que vinham dos próprios agentes de Desenvolvimento que trabalhavam no terreno e viam, em primeira mão, os resultados de tal trabalho. Estes técnicos expuseram todas as práticas ruinosas que em nada honravam os objetivos do crescimento pois os moldes importados de Desenvolvimento não tinham em consideração os recursos naturais nem a própria mão de obra. A ideia seria substituir todo o “*know-how*” e práticas existentes pelos modelos ocidentais/europeus. Existia uma clara desvalorização das culturas e das práticas das áreas subdesenvolvidas pois, tal como anteriormente foi referido, o fim era erradicar as estruturas tradicionais existentes. Pensava-se que só assim o crescimento económico poderia ter lugar.

Esta situação resultou numa nova prática de Desenvolvimento, o Desenvolvimento Comunitário. Surgido nos anos 50 e 60, por ação das Nações Unidas, o Desenvolvimento Comunitário propõe uma forma de atuação que tenta colmatar todos estes problemas. Esta proposta avança com o foco nos reais problemas das zonas e comunidades em questão e não impõe o que se pensa ser necessário, sendo que as respostas deverão partir do seio da

comunidade atendendo às suas capacidades. Junte-se a isto a preocupação em tentar perceber o porquê dos problemas e quais as soluções mais apropriadas.

Com tais críticas em movimento não é de estranhar o aparecimento de novos conceitos de Desenvolvimento que tentam colmatar a visão redutora do desenvolvimento económico. “O objetivo não pode ser mais repetir a história económica dos países industrializados, mas antes procurar outras estradas para outro desenvolvimento” (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975: 34).

Roque Amaro (2004) avança com cinco acontecimentos determinantes para a transformação e evolução do Desenvolvimento: crescente descontentamento dos países subdesenvolvidos para com a falta de resultados prometidos pelo Desenvolvimento; descontentamento nos próprios países desenvolvidos para com o paradigma do crescimento económico; crescente consciencialização ambiental e crises económicas como a de 1967 e 1973; ebulição dos países socialistas.

Um pouco por todo o globo foi aumentando a perceção que o foco constante no crescimento económico e no lucro não é solução para todos os problemas existentes na sociedade. Ganha forma o entendimento de que o Desenvolvimento é um conceito multidimensional, impossível de ser alcançado por um modelo “*one size fits all*” e que deverá sempre ter em consideração as especificidades das comunidades em que atua.

1.3. A Emergência de Novos Conceitos

Perante este cenário seis novos conceitos surgiram: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado. A diversificação dos temas e áreas científicas presentes são um bom reflexo da transdisciplinaridade do campo Desenvolventista.

Os anos 70 assistiram ao surgir de um entendimento que alertava para as consequências ambientais que as políticas de industrialização e crescimento de então tinham. Em 1972, Meadows, Randers e Meadows lançaram o estudo “*Limits to Growth*” que levantou questões com os limites do planeta e pôs a tónica na necessidade de melhor se gerir o consumo e encontrar tecnologias mais “amigas” do ambiente.

No mesmo ano, tem lugar a Conferência de Estocolmo onde se encontraram representantes dos países, de Organizações Internacionais e ONG. O foco da conferência

foram os desafios ambientais que as nações teriam que enfrentar. Daqui entendem-se que os recursos naturais tinham que ser preservados, que era necessário limitar os níveis de poluição e que os países em desenvolvimento deveriam ser auxiliados para que se desenvolvam da forma mais “limpa”. A Conferência de Estocolmo teve o mérito de colocar a proteção ambiental e dos ecossistemas no centro das políticas nacionais e internacionais, passando as mesmas a estarem protegidas por leis. Foram estabelecidos objetivos e normas de conduta para como os atingir, sendo que vários países, após a conferência, criaram ministérios dedicados exclusivamente ao ambiente, algo que anteriormente não existia. É igualmente importante referir a participação da sociedade civil presente na cidade de Estocolmo, servindo como fonte de pressão à mudança de comportamentos e à adoção de estilos de vida mais saudáveis.

Embora tenha existido todo este alerta ambiental, foi só em 1987 que o Desenvolvimento Sustentável começou a ganhar notoriedade, dado o enfoque gerado pelo relatório “*Our Common Future*” da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), referindo que “A Humanidade tem a habilidade de tornar o desenvolvimento sustentável para garantir que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras para irem ao encontro das suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987: 16). O conceito releva a importância de garantir a satisfação das necessidades no “agora” não se podendo colocar em causa as possibilidades das próximas gerações. Exige uma certa responsabilidade das sociedades atuais, de forma a agirem conscientemente e não colocarem todos os problemas para as populações do futuro resolverem. O Desenvolvimento deixa de ser meio e fim que tem de ser alcançado de qualquer forma, passando a algo que deverá ser planeado cuidadosamente, tendo em consideração o meio ambiente.

Com este pensamento em mente, as Nações Unidas convocaram em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, ficando conhecida por Eco-92. Esta conferência foi, garantidamente, um marco no campo da sustentabilidade, não só dada a presença massiva de figuras de Estado, mas também de membros de ONG que realizaram uma cimeira paralela, discutindo os mesmos temas. Embora as temáticas já tivessem sido anteriormente discutidas e estudo da relação Desenvolvimento e Ambiente continuava a ser pertinente por as ações individuais de cada Estado terem impacto em todo o planeta, reconhecendo-se a necessidade de mudar o paradigma. Todos demonstraram o seu empenho em refletir profundamente sobre as suas escolhas e gestão de recursos e foi igualmente fomentado o espírito de cooperação para o

Desenvolvimento, especialmente com os países em desenvolvimento, que mais sofriam com as alterações climáticas. A aposta em energias alternativas foi outro ponto fundamental saído desta conferência, continuando a ser altamente relevante (ONU, 1997). Da Eco-92 sai a Agenda 21, um documento que marca os campos em que as nações devem centrar as suas atenções e os modos como devem atuar. Os meios de comunicação presentes revelaram ter, igualmente, um papel deveras importante isto porque foram eles o veículo da mensagem, centrando as atenções da opinião pública e fomentando a discussão sobre estes temas (United Nations Sustainable Development Knowledge Platform, 1992).

Dez anos depois, dá-se a Cimeira de Joanesburgo onde se reiteram os valores e objetivos anteriormente estabelecidos pela Agenda 21, resultando num Plano de Implementação. Em 2012, vindo no seguimento do que tinha sido feito, realiza-se o Rio+20, num data e lugar simbólicos. Sempre sob o domínio da sustentabilidade, esta conferência foca os seus trabalhos em sete áreas fundamentais: emprego decente; energia; cidades sustentáveis; segurança alimentar e agricultura sustentável; água; oceanos e preparação para desastres. Para além do mais, um dos grandes temas é o papel da economia verde no combate à pobreza. Todos estes pontos contribuem para a multidisciplinaridade do Desenvolvimento Sustentável e para a perceção da sua complexidade (ONU, 2011).

O Desenvolvimento Sustentável tem-se tornado num dos conceitos mais sonantes e importantes no campo de estudos do Desenvolvimento. Mesmo trinta anos depois, mantém-se atual, sendo cada vez mais importante a sua discussão e implementação.

O Desenvolvimento Local e Participativo nasceram na década de 80. Tanto um como outro põem no centro da sua ação as comunidades que serão beneficiadas com os projetos. Por Desenvolvimento Local entende-se a resolução de uma problemática, envolvendo a comunidade afetada, verificando-se a sua participação e a utilização dos seus próprios recursos. António Fragoso (2005) indica algumas características do Desenvolvimento Local. Este deverá defender os interesses da população e esta deverá estar envolvida no processo, o controlo das decisões tomadas deverá estar nas suas mãos. O Desenvolvimento Local deverá ser um processo endógeno e integrado. Ou seja, a própria comunidade tem um papel importante no caminho seguido, sendo um membro decisor e ator do próprio, onde os seus recursos e conhecimentos são chamados a intervir.

Walter Stöhr (1990) diz que o Desenvolvimento Local deve considerar quatro pontos, sendo eles: a origem da iniciativa, dos “*inputs*” dos recursos, do controlo dos mecanismos e os destinatários dos benefícios. Nas palavras do próprio “(...) desenvolvimento local por forças locais e para benefício local” (Stöhr, 1990: 33, tradução livre). O autor foi um dos

pioneiros na defesa do “desenvolvimento endógeno” que era precisamente um contraponto aos projetos de Desenvolvimento então em vigor pois “Combinava as aspirações de movimentos políticos locais e o seu protesto contra projetos de Desenvolvimento exógenos, a larga escala e a sua luta por um desenvolvimento mais autodeterminado.” (Maccallum, *et al*, 2009: 137, tradução livre). Na visão de Stöhr, o Desenvolvimento deveria partir de baixo, ou seja, ser elaborado a partir da mais pequena escala, neste caso, as comunidades.

A importância do Desenvolvimento Local advém não só da resolução de problemas nas comunidades, mas também do estímulo à participação dos cidadãos, levando a um sentimento de pertença e autoestima por parte da mesma.

O Desenvolvimento Participativo segue um pouco os mesmos moldes que o Desenvolvimento Local, sendo o seu objetivo primário o envolvimento dos cidadãos e das comunidades. Desenvolvimento Participativo e “*empowerment*” são conceitos que estão amplamente ligados, muito devido ao trabalho de John Friedmann. Para Friedmann o desenvolvimento deve ter por base a autonomia das comunidades nos processos decisórios, a independência local e até mesmo processos de democracia direta. A comunidade e o cidadão anónimo têm uma palavra a dizer nas políticas a adotar, tendo o pleno direito em decidir a sua própria via para o Desenvolvimento (Friedmann, 1992).

Paulo Freire foi outro dos autores a alertar para a necessidade de se “(...) criar novos ambientes de aprendizagem para as pessoas expressarem as suas necessidades e atingirem Desenvolvimento” (Mohan, 2008: 46, tradução livre). Em “*The Companion to Development Studies*”, Mohan (2008) fala das diferentes visões acerca do conceito de Desenvolvimento Participativo e de como estas olham para o ato de participação das comunidades., contudo, esclarece que a visão mais consensual do mesmo é a importância do envolvimento das populações locais.

O Desenvolvimento Participativo vai mais além do que somente chamar as populações para ser parte nos projetos de Desenvolvimento. Dota-os de poder para serem eles os decisores, atores e agentes de Desenvolvimento, não se limitando a apenas beneficiários sem voto na matéria. Tendo em consideração de que são as suas vidas as principais afetadas, é legítimo que estes tenham a possibilidade de serem consultados e até mesmo deter poder decisório.

O foco do Desenvolvimento tinha sido, até então, a implementação de processos e modificação de estruturas que permitissem o aumento da produção e criação de uma economia competitiva. E a verdade é que este modelo foi alvo de múltiplas críticas por ser exploratório, por falta de sensibilidade cultural e tradicional e entre outras. Mahbub ul Haq e

Amartya Sen, com os seus trabalhos, impulsionaram o conceito de Desenvolvimento Humano virando as atenções para o indivíduo. Mahbub ul Haq (United Nations Development Programme, 2014) diz-nos que “O propósito básico do desenvolvimento é aumentar as escolhas das pessoas” (tradução livre) e, tal como o autor realça, estas escolhas nem sempre estão relacionadas com o crescimento económico, nem aparecem nos dados relativos à economia. Daí a necessidade de existir uma abordagem que estude os fatores importantes para a realização e satisfação dos indivíduos, e que muitas vezes são descurados como segurança, o acesso ao conhecimento, os serviços de saúde, a nutrição, o tempo de lazer, a liberdade política e cultural e a participação nas atividades comunitárias. Embora o crescimento económico possa ter consequências em todos estes fatores, não é garantia que todos verifiquem uma melhoria geral no seu estilo de vida.

Amartya Sen e a Abordagem das Capacidades são vistos como a base que serviu de origem ao Desenvolvimento Humano (Maboloc, 2008: 8). É necessário referir que o pensamento de Sen é totalmente centrado na imagem do ser humano livre. Na sua visão, o Desenvolvimento deveria servir as pessoas e não servir-se delas. Posto isto, o Desenvolvimento deveria ser medido consoante a liberdade que o indivíduo tem para procurar e alcançar as capacidades que para si são importantes. Para si, a liberdade tem uma tal importância na realização do Desenvolvimento que mais tarde dedicará ao tema uma obra completa, analisada mais à frente. Sen não faz qualquer distinção entre as capacidades mais importantes pois cada um valoriza e deseja diferentes coisas. Já Martha Nussbaum não se priva do mesmo, referindo que “(...) os elementos mais importantes da qualidade de vida de uma pessoa são plurais e qualitativamente distintos: saúde; integridade corporal; educação, e outros (...) que não podem ser reduzidos a uma única métrica sem distinção” (Nussbaum, 2011: 18, tradução livre).

Embora se pensasse que o subdesenvolvimento era resultado de más políticas dos governos de Sul que não tinham um rumo traçado e, portanto, o melhor era afastarem-se desses encargos, deixando as Organizações Internacionais encarregues dos desígnios nacionais, a verdade é que a falta de resultados por parte destes projectos veio colocar tudo em causa. Tal como o Desenvolvimento Humano, o Desenvolvimento Social tem como objetivo centrar os meios e fins de Desenvolvimento no indivíduo, servindo para melhorar a sua condição humana. Isto é conseguido com a atuação dos governos e entidades políticas, que servem de veículo à garantia de condições mínimas sociais à população. Daí a assistência social ser um conceito basilar no Desenvolvimento Social (Midgley, 1995).

Para sublinhar a importância que as políticas governamentais têm no bem-estar social,

Midgley reporta-nos para os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano. Em ambos, é esperado que sejam tomadas as medidas que tenham em consideração a vida e bem-estar dos seus cidadãos. Estas políticas poderão ser de extrema importância, não só para o próprio desenvolvimento do país, mas também para o dos seus habitantes. Como se sabe, as mais pequenas ajudas económicas e sociais podem ser elementares para que um indivíduo e a sua família não caiam em situação de pobreza extrema. Daí que Midgley (1995) afirme que o Desenvolvimento Social integre objetivos económicos e sociais.

O conceito de Desenvolvimento Integrado vem apelar à necessidade de uma visão alargada e multidisciplinar de uma realidade que é cada vez mais complexa. Para sucesso do Desenvolvimento é elementar que todas as áreas estejam coordenadas, bem como os agentes no terreno e até mesmo as populações beneficiárias, ou seja, não se limita à existência de vários setores, existindo igualmente um amplo rol de atores, desde governos nacionais, a Organizações Internacionais, ONG e até associações locais. Se as grandes Organizações Internacionais têm os recursos monetários e materiais para implementar projetos, as associações locais têm a sensibilidade e credibilidade junto da população local. Os desafios atuais exigem soluções interdisciplinares e a ação concertada de atores internos e externos.

Todos estes conceitos apareceram como forma de colmatar as deficiências e ineficácia do conceito tradicional de Desenvolvimento. Cada um deles tenta levar a ações menos invasivas e mais respeitantes das comunidades e na sua relação com o meio ambiente. Este entendimento nasceu com a perceção de que o Desenvolvimento não é um processo linear, em que basta um investimento na economia. Além do mais, é de valorizar a crescente humanização do próprio conceito, estando cada vez mais centrado no bem-estar da pessoa humana. Porque, no fundo, é este o fim do Desenvolvimento, a melhoria da condição humana.

A evolução e transformação do conceito de Desenvolvimento não se esgota no aparecimento de novos conceitos na área. Vão aparecendo novos ramos na economia que se preocupam com as questões focadas pelo mesmo e em como esta poderá beneficiá-lo. Ganhando importância na década de 90, a economia neo-institucional importa ao estudo do Desenvolvimento na medida em que defende uma “(...) apropriada mudança institucional” (Harriss, Hunter e Lewis, 1995). Considerando que os mercados não são perfeitos e têm falhado na obtenção de resultados nos países em desenvolvimento, os neo-institucionalistas relevaram a importância que as instituições mais informais têm no avanço económico.

O Neo-institucionalismo reduziu a uma nova versão a teoria do subdesenvolvimento: os países não eram desenvolvidos porque não tinham instituições de mercado, os seus custos de transações eram muito altos, e o comportamento de procura de aluguer foi permanente. (Dutt e Ros, 2008: 170, tradução livre).

Embora, numa fase inicial, se tenha focado essencialmente nas instituições de mercado, o neo-institucionalismo tem encetado numa abordagem mais ampla, considerando a importância de outras instituições económicas (Dutt e Ros, 2008). O neo-institucionalismo vem contradizer os postulados iniciais do Desenvolvimento e da sua visão economicista que defendiam uma aposta nos mercados, ao mesmo tempo que se diminui a intervenção estatal, situação que se considerava bastante maligna.

Figura de proa do institucionalismo, Ha-Joon Chang (2002) alerta para o curioso fato de que as medidas agora propostas aos países em desenvolvimento como sendo as mais apropriadas para o crescimento, não foram as mesmas que permitiram aos países desenvolvidos alcançar a sua riqueza. Os países agora ricos, como os EUA e Reino Unido, beneficiaram do fecho das suas economias ao exterior, fomentando o protecionismo e o investimento estatal através de subsídios às indústrias nacionais. Agora o que se pede aos países em desenvolvimento é que adotem as diretivas internacionais da liberalização dos mercados, adesão aos mercados internacionais e privatizações. Os países do Norte fomentam a adoção destas políticas pois são a base para o Desenvolvimento, mesmo tendo em consideração que estes não foram os alicerces que cimentaram as suas economias.

Se as políticas e instituições quando os países ricos estão a recomendar aos países pobres não são as que eles próprios usaram quando se estavam a desenvolver, o que se está a passar? Só podemos concluir que os países ricos estão a tentar pontapear a escada que lhes permitiu subir onde eles estão. Não é por acaso que o desenvolvimento económico se tornou mais difícil durante as duas últimas décadas, quando os países desenvolvidos começaram a aumentar a pressão nos países em desenvolvimento para adotar as chamadas políticas e instituições 'padrão mundial' (Chang, 2002, tradução livre).

1.4. Conclusão

Se a primeira fase da era do Desenvolvimento ficou conhecida por os “Trinta Gloriosos”, é importante não esquecer que desde os anos 70 vivemos nos “Quarenta Dolorosos”. Esta designação é claramente indicativa da desilusão para com os resultados prometidos do Desenvolvimento.

Inicialmente, o pensamento era implementar as mesmas políticas e estruturas dos países do Norte, para que se possuíssem as mesmas condições e arrancassem com o seu próprio Desenvolvimento. Existia uma forte crença na industrialização e modernização, renegando quaisquer crenças tradicionais. O tempo encarregou-se de demonstrar que a

realidade é muito mais complexa que o esperado sendo impossível replicar as condições do Norte nos países em desenvolvimento. As críticas demonstram que os países desenvolvidos alcançaram o seu crescimento muito graças à exploração dos países do Sul e que o Desenvolvimento não é mais que uma desculpa para manter a sua influência e domínio.

As críticas e incertezas para com o Desenvolvimento deram origem ao aparecimento de novos conceitos que tentaram chegar aos fins que o Desenvolvimento pretendia, mas atuando de forma não tão agressiva. Estes conceitos trouxeram consigo as preocupações ambientais e a inclusão das comunidades, numa clara demonstração de que, o que é importante, é ouvir e entender as suas necessidades e, a partir daí, melhorar as suas condições de vida.

II. CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO

Este capítulo pretende explorar as críticas mais pertinentes aos moldes do Desenvolvimento. O seu intuito é perceber as origens de tais críticas e a forma como avançaram para um novo entendimento do Desenvolvimento e até que ponto foram fundamentais para a evolução do próprio conceito.

Como vamos ter a possibilidade de constatar, estas críticas revestem-se das mais variadas naturezas. Uma centram-se nas denúncias dos abusos do Desenvolvimento (Teorias da Dependência e Sistema Mundo e os Limites ao Crescimento), outros fazem das suas críticas uma base para o aparecimento de novas formas de Desenvolvimento, como Perroux, a Fundação Dag Hammarskjöld, o Desenvolvimento Comunitário, as Necessidades Básicas e o Desenvolvimento como Liberdade. Existem também outras correntes um pouco mais radicais, como o Pós-Desenvolvimento e o Decrescimento, que defendem a construção de um novo paradigma onde esta ideia de Desenvolvimento seja abandonada.

O mais interessante é ver as diferentes interpretações que cada uma delas tem sobre o que deve ser o Desenvolvimento e de como este deverá atuar na prossecução dos seus fins. Embora todas tenham tido a sua importância, os maiores destaques serão dados ao Pós-Desenvolvimento e ao Decrescimento. A razão prende-se com o fato de serem as mais recentes e colocarem questões bastante pertinentes ao discurso atual do Desenvolvimento. Não só é importante analisar as críticas que elaboram, mas também as ideias que defendem sobre como se deverá processar a evolução do Desenvolvimento.

2.1. Desenvolvimento Comunitário

O Desenvolvimento Comunitário surgiu como resposta às desilusões e problemáticas que o Desenvolvimento começava a demonstrar. Maria Manuela da Silva serve-se do trabalho das Nações Unidas para classificar o que se entende pelo mesmo:

(...) Desenvolvimento Comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essa coletividade à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do país (1964: 1).

O mais interessante no Desenvolvimento Comunitário é que foi pensado e implementado pelos técnicos das Organizações Internacionais e ONG que operavam no

terreno e presenciavam, em primeira mão, as implicações reais do seu trabalho. A não utilização dos recursos endógenos, o desconhecimento completo da história e valores culturais das populações e o não envolvimento das comunidades nos projectos eram tidas como potenciais causas ao insucesso. Posto este cenário, urgiu a necessidade de uma nova visão do Desenvolvimento que se demonstrasse mais aberta e inclusiva.

Esta nova visão assentava em premissas que até então não eram tidas em conta. Os projetos a implementar estariam centrados nas necessidades sentidas pela população em causa. A própria população seria chamada a participar, estimulando assim o sentimento de pertença, evitando uma recusa por ser uma imposição externa. Os próprios recursos e conhecimentos exógenos tinham o seu lugar de relevo. Era necessário existir uma estreita colaboração e cooperação entre os diversos atores presentes, para que os projetos tivessem uma visão holística e refletissem o conhecimento e objetivos de todos (Silva, 1964).

“O Desenvolvimento Comunitário envolve a mudança de relacionamentos entre pessoas normais e pessoas em posição de poder, para que todos possam ser parte nos assuntos que afetam a sua vida” (Gilchrist e Taylor, 2011: 4, tradução livre). Se antes o Desenvolvimento era visto como uma intrusão e neocolonização, com este novo método ganham importância as comunidades e a sua própria voz, tendo uma palavra a dizer e recorrendo aos seus valores e conhecimentos. Renegaram-se os “kits” importados do Norte sobre como estimular o Desenvolvimento e descartam-se as importações de “*know-how*” e especialistas.

2.2. François Perroux e o Novo Desenvolvimento

Economista de profissão, Perroux demonstrava desconforto sobre a forma como a economia era utilizada para explorar os países do Sul. O autor revelou-se extramamente crítico para com as ações que tinham subjacente a ideia de que o Homem teria que estar ao dispor dos instrumentos económicos. No seu trabalho há que realçar a contraposição que faz entre “*économie de l'homme*” e “*économie de l'argent*”. A procura incessante do crescimento económico e Desenvolvimento somente com o fim económico não traz necessariamente vantagens ao Homem, como tal, é importante colocar os elementos produtivos à disposição do Homem, de forma a garantir o seu bem-estar. Tendo em conta os predicados do Desenvolvimento estritamente orientados nos resultados económicos, entendemos as preocupações de Perroux. O Homem não pode ser escravo do Desenvolvimento, sendo que

este existe para melhorar a sua condição.

Na sua, talvez, mais importante obra, “A economia do século XX” datada de 1961, Perroux distingue categoricamente a diferença entre crescimento e Desenvolvimento. O crescimento refere-se ao aumento sustentado do produto bruto de um país, algo que pode ser facilmente quantificado por indicadores económicos. Nesta obra Perroux subscrevia a tese que o Desenvolvimento só ocorria quando se podia verificar uma mudança social e mental da população. Numa época em que o crescimento económico era quase sinónimo de Desenvolvimento, Perroux veio defender que existem diferenças e a existência de um, não garante a evolução de outro (Perroux, 1967).

Reconhecendo a importância do Desenvolvimento e do crescimento, Perroux pegou na ideia de progresso económico e trabalhou-a defendendo que a mesma era muitas vezes ignorada. O ensaio “A ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo” (1963) incidiu, precisamente, sobre esta temática definindo progresso “(...) como a propagação da novidade aos menores custos humanos e à velocidade ótima, numa rede de relações cujo sentido se universaliza.” (Perroux, 1963: 176). Uma das componentes importantes do progresso começava por ser a criação, tanto individual como coletiva, e passava pela procura de novidades económicas, ou seja, pelo poder de inovar. Também a propagação tinha um papel deveras importante, significando que as novidades deveriam ser divulgadas. Por fim, temos a significação, na medida em que os avanços e progressos deveriam ser do interesse geral a toda a sociedade. Perroux defendia que “(...) a teoria geral do progresso convida as sociedades (...) a entrar na via da discussão oficial (...)” (Perroux, 1963: 182). Analisando o progresso à luz do Desenvolvimento, torna-se curioso que este progresso económico, que o autor estabeleceu, seria um ótimo aliado ao Desenvolvimento. A procura de inovação e a importância de difundi-la a toda a sociedade era o que o Desenvolvimento defendia; novas soluções que trouxessem mais-valias à totalidade das comunidades.

Nos anos 80, o economista avança com o que entende ser o Desenvolvimento. “O novo desenvolvimento quer-se «global», «integrado», «endógeno»” (1981: 31). Este Desenvolvimento deverá envolver as três características pois o “antigo” baseava-se em condições impostas pelo Ocidente, servindo-se da sua autoridade, aliada à falta de conhecimentos e força dos povos autóctones. Estes foram explorados e enganados pelas promessas do Desenvolvimento, por isso, era urgente que as políticas de Desenvolvimento refletissem o carácter universal dos seus valores e que garantissem que todos os homens beneficiassem das suas resoluções.

O economista coloca a tónica do Desenvolvimento em torno do Homem e de todos os homens. Krishnan-Kutty cita Perroux para demonstrar isto mesmo “(...) o desenvolvimento do homem inteiro e de todos os homens é um objetivo que deveria ser unanimemente aceite por políticos, economistas e investigadores” (1999: 83, tradução livre). Krishnan-Kutty realça o fato de Perroux defender a necessidade de construir um novo Desenvolvimento quando mais ninguém o fazia. Na visão do autor francês, era necessário um melhor Desenvolvimento nos países ricos para que os países subdesenvolvidos tivessem igualmente uma hipótese de se desenvolver. É de fato inovador este reclamar por uma mudança de Desenvolvimento nos países mais desenvolvidos, isto porque imperava a ideia que este grupo de países sabia qual o caminho a percorrer e deveria “exportar” tais modelos para os restantes países.

2.3. Teoria da Dependência e Teoria do Sistema-Mundo

Da América Latina surgiu a Teoria da Dependência como denúncia do paradigma do Desenvolvimento e dos seus postulados tendo Raul Prebisch, Andre Gunder Frank e Celso Furtado como os autores mais sonantes.

Nos anos 60, a *United Nations Economic Commission for Latin America* avançou com programas que visavam o estímulo das economias nacionais, tentando alcançar o tão desejado Desenvolvimento e, embora numa fase inicial se registassem algumas melhorias, a verdade é que o programa se revelou desastroso.

Prebisch (So, 2010) avançou com uma ideia que tentava explicar o porquê de tal acontecer. No seu entender, era impossível a América Latina crescer e desenvolver-se, pois a formatação da divisão internacional do trabalho impedia tal acontecimento. A estes países era pedido que se especializassem na exportação de matérias-primas e alimentos que eram produtos de preço bastante reduzido no mercado internacional. Por contraposição, importavam os produtos já acabados, que tinham um valor acrescentado, e eram provenientes dos países industrializados, mais ricos. O ter que vender barato e comprar caro era simplesmente incomportável à economia latino-americana. Por isso Prebisch defendia que este era um jogo viciado e que era a garantia perpétua de que a América Latina ficaria sempre numa situação precária. Para alterar esta situação, Prebisch propunha que se acelerasse o processo de industrialização de forma a substituir as importações; que os dividendos das exportações fossem utilizados para pagar as importações e que o governo assumisse um papel de coordenador no processo de industrialização (So, 2010).

Andre Gunder Frank (1966) pauta o seu discurso pela negação de seguir os moldes desenvolvimentistas que então imperavam, pois estes seguiam as experiências vividas pela Europa e América do Norte. Estes moldes estavam condicionados à história deste conjunto de países, sendo que os restantes países não seguiram o mesmo estado evolutivo, nem partilhavam os mesmos contextos históricos.

Frank foi incisivo na crítica à escola da modernização pois esta considerava que existia algo de errado na conduta dos países do Terceiro Mundo que os impedia de se desenvolver e tornaram-se ricos. Mais, Frank estabeleceu o modelo “metrópole-satélite” para explicar o porquê de os países subdesenvolvidos assim permanecerem. As metrópoles serviam-se das cidades satélite para aí poderem escoar os seus excedentes e ganharem novos mercados. Isto ocorria não só entre nações, mas também no seio dos próprios países do Terceiro Mundo, existindo uma exploração por parte das elites às comunidades mais carenciadas. Toda esta situação servia para a manutenção da exploração de uma comunidade sobre outra.

Celso Furtado (1974) assinou, igualmente, a ideia de que o subdesenvolvimento só existia devido a esta ideia de centro-periferia, que permitia a sobreexploração das regiões da periferia pelo centro.

A Teoria da Dependência era marcada por um discurso que defendia que era o próprio sistema internacional que mantinha esta dicotomia de desenvolvido/subdesenvolvido. As relações existentes estavam estabelecidas para que os países do Norte mantivessem o seu *status* sobre os países mais pobres, estando estes sempre no lado mais fraco da balança. Enquanto as relações e estruturas de então se mantivessem, era impossível que os países do Sul saíssem da sua situação precária.

Immanuel Wallerstein (2005), como supracitado, tentou explicar a realidade internacional através da Teoria Sistema-Mundo. Tal como Prebisch, Wallerstein olhava para a divisão internacional do trabalho com desconfiança, onde esta estabelecia quais as forças de cada nação e no que elas se deveriam especializar. Neste sistema, existiam quatro categorias que determinavam a posição de cada país na economia mundial: centro; periferia; semiperiferia e exterior. A melhor posição seria o centro, onde se encontravam os países europeus. Os privilegiados poderiam obter os maiores lucros no comércio internacional. A periferia era onde se encontravam os países da América Latina e Europa do Leste, países controlados por governos externos, sendo especializados no comércio de matérias-primas para o centro. A exploração do centro deixava-os numa condição económica bastante precária, sendo difícil a acumulação de capitais. A semiperiferia era constituída por países que estavam

numa situação intermédia do centro-periferia. Ou estavam em evolução para sair da periferia, ou tinham perdido o controlo que os retirava do centro. Segundo Wallerstein, a semiperiferia era explorada pelo centro, mas explorava a periferia. As áreas exteriores encontravam-se fora deste jogo, sendo a Rússia o melhor exemplo dado.

Ambas as teorias foram estabelecidas como tentativa de explicar o porquê de o Desenvolvimento ter resultados deficitários, funcionando ao mesmo tempo como uma crítica ao modo como este era procurado. Enquanto não se alterassem os seus processos e estruturas, era bastante difícil, senão mesmo impossível, que os países pobres alterassem o seu estatuto.

2.4. O “Outro Desenvolvimento” da Fundação Dag Hammarskjöld

Em 1975 a Fundação Dag Hammarskjöld publicou o relatório “*What Now? Another Development*”, onde, mais uma vez, se estabelecem premissas para como o Desenvolvimento deveria atuar.

Dadas as desigualdades das relações económicas entre os países do Norte e do Sul, era natural que permanecesse um desfasamento entre as realidades económicas de ambas as partes. As instituições eram igualmente lentas no seu ajustamento a uma realidade em constante mudança e, como se poderia calcular, o tipo de resposta e atuações que desempenhavam poderiam já estar completamente desajustados. Junta-se o desencanto das populações dos países desenvolvidos e a incapacidade que as comunidades carenciadas tinham em tomar as rédeas dos seus próprios desígnios. Estes pontos levaram a que a Fundação dissesse que existia uma “crise do Desenvolvimento” e, na sua visão, não havia outro caminho que não fosse o “criar outro” (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975: 6).

A Fundação visualizava o Desenvolvimento como uma ação que deveria satisfazer num primeiro momento as necessidades básicas, devendo depois dar a possibilidade de todos se realizarem em todos os níveis. Também aqui se sublinhava a tese que o Desenvolvimento teria de ser necessariamente endógeno, cabendo a cada sociedade traçar os seus objetivos e qual o caminho que desejasse seguir. À comunidade internacional era dada a responsabilidade de garantir que estas comunidades tivessem as condições necessárias para serem bem-sucedidas no seu caminho, ficando relegadas para um papel de apoio.

Foram avançados dez pontos que serviam de base ao “outro Desenvolvimento”: o foco do processo de Desenvolvimento na satisfação das necessidades; fortalecer a capacidade do Terceiro Mundo para o Desenvolvimento auto-suficiente; transformar as estruturas sociais,

económicas e políticas; aumentar a disponibilidade e acesso a alimentos; reorientar a ciência e tecnologia para outro Desenvolvimento; melhorar a informação pública; redefinir as políticas de transferência de recursos internacionais e assegurar o seu financiamento automático; estabelecer uma autoridade mundial para gerir o património da Humanidade; adaptar o sistema das Nações Unidas para novos requisitos e a necessidade de se poder recorrer (1975: 13).

O relatório destacava a necessidade de alterar as estratégias seguidas pelo Desenvolvimento, pois as então existentes eram ambientalmente insustentáveis. O “outro Desenvolvimento” deveria, assim, estar assente em três pilares “(...) orientado para a satisfação de necessidades, começando com a erradicação da pobreza; endógena e autoconfiante, isto é, dependente da força das sociedades que o realizam; em harmonia com o ambiente.” (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975: 28, tradução livre).

A Fundação tinha uma visão holística do Desenvolvimento num claro entendimento que o sucesso do Desenvolvimento passa por uma ampla reestruturação dos mais diversos setores e entidades. Daí que não se tivesse focado somente no apelo à necessidade de um Desenvolvimento alternativo avançando com a ideia de um nova ordem internacional e uma reformulação do sistema das Nações Unidas. Porque não se tratava só de incapacidade e ineficiência dos países do Sul.

2.5. Limites ao Crescimento

As críticas ao Desenvolvimento não se esgotavam nas políticas impostas e interesses externos, sendo que em 1972 toda a atenção das políticas de Desenvolvimento voltaram-se para o meio ambiente. O “*Limits to Growth*”, lançado no mesmo ano, encomendado pelo Clube de Roma vem alertar a comunidade internacional sobre as consequências que poderiam ocorrer no planeta se todo o mundo aumentasse o seu crescimento e padrões de consumo.

Os autores do estudo serviram-se do modelo *World3* para testar doze diferentes cenários na tentativa de prever quais os efeitos ambientais com as variantes consumo e população. Os resultados foram alarmantes, indicando a impossibilidade de existir um constante aumento do crescimento. Isto porque o crescimento da população e de capital representavam um enorme fardo ambiental, sendo impossível ao próprio planeta sustentá-los.

Falar em limites ao crescimento e em alterar os padrões de consumo poderá parecer um pouco cruel e egoísta, ao pensarmos que existem milhões de pessoas que vivem em

condições horrivelmente precárias e que necessitam urgentemente da satisfação das suas necessidades básicas, de forma a poderem viver condignamente. Apesar de tudo, é importante refletir sobre “Crescimento do quê? Para quem? A que custo? Pago por quem? Qual é a real necessidade aqui, e qual é a forma mais direta e eficiente para quem tem a necessidade para satisfazer? Quanto é suficiente? Quais são as obrigações em partilhar?” (Meadows, Randers e Meadows, 2004: 49, tradução livre).

Para que o mundo fosse verdadeiramente sustentável, era fundamental que houvesse uma ação conjunta, cujas políticas económicas respeitassem não só a dignidade humana, mas também o meio ambiente e os recursos naturais. Mais interessante era o foco dado à importância de todas as sociedades se respeitarem e zelarem umas pelas outras, porque as mudanças de mentalidade e comportamentos só teriam real expressão se tomadas em conjunto e entendendo que é necessário um esforço coletivo para que o planeta seja respeitado. O Desenvolvimento não poderia continuar a assentar na sobreexploração de recursos nos países do Sul para benefício das comunidades do Norte, para que estes tivessem bens e serviços a preços acessíveis. A industrialização e formas poluentes de produção dos países desenvolvidos teriam que cessar, dados os custos ambientais que se faziam sentir nos países mais pobres.

A Humanidade não pode triunfar na aventura de reduzir a pegada humana para um nível sustentável se a aventura não é efetuada no espírito de parceria global. O colapso não pode ser evitado se as pessoas não aprenderem a ver-se e a outros como partes de uma sociedade global integrada (Meadows, Randers e Meadows, 2004: 282, tradução livre).

Foi dado o alerta aos limites impostos pela própria natureza dada a finitude dos recursos naturais, sendo catastrófico o fim de qualquer um deles. Cresceu uma certa urgência em limitar o seu uso, juntando-lhe a procura de novas fontes energéticas menos poluentes e mais sustentáveis.

Este livro teve o mérito de ser dos primeiros a alertar para os perigos das políticas ocidentais que desejavam disseminar o seu *modus operandi* a todo o globo. Basta pensar em como um país desenvolvido era aquele que apostava fortemente na industrialização, com um enorme dispêndio de recursos energéticos e com altos níveis de consumo. Nunca antes se tinham colocado estas questões, o limite do próprio planeta.

O relatório “*Our Common Future*” (CMMAD, 1987), foi outro documento que veio cimentar a consciencialização ambiental, assunto que estava em ampla expansão.

Muitos dos caminhos do Desenvolvimento das nações industrializadas são claramente insustentáveis. E as decisões desses países, devido ao seu grande poder económico e político, terão um profundo efeito na

habilidade de todas as pessoas susterem o progresso humano para as gerações vindouras (CMMAD, 1987: 7, tradução livre).

Existia uma grande preocupação para como o Desenvolvimento de então poderia ter um impacto negativo no Desenvolvimento das gerações futuras. Daí que o “*Our Common Future*” seja considerado como o documento que estabeleceu o conceito de Desenvolvimento Sustentável, “(...) Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987: 41, tradução livre).

O Desenvolvimento aliado à sustentabilidade tornou-se imperativo dada a ação humana na afetação dos recursos e dos próprios sistemas naturais do Planeta. A tecnologia e a necessidade dos cidadãos ganharam tal importância que o Planeta ficou a saque, em nome do bem-estar e Desenvolvimento. O relatório apelou para que existisse o bom senso no consumo dos bens e recursos renováveis garantindo a sua renovação. Já os recursos não renováveis deviam ser utilizados, mas tendo em consideração os seus níveis de disponibilidade, evitando a todo o custo que se esgotassem enquanto não existisse uma alternativa viável.

O “*Limits to Growth*” e o “*Our Common Future*” apelaram para que os governos nacionais refletissem sobre o como procurar e alcançar o Desenvolvimento, tendo sempre presente as repercussões ambientais que tais ações teriam não só no seu território mas igualmente em outros países. Para além do mais, realçaram que o Planeta não estava dotado de recursos infinitos e que a extinção de qualquer um poderia ter severas repercussões nos nossos estilos de vida, como tal, ganha terreno um entendimento de que o crescimento dos países deveria ser consciente e ponderado, ao mesmo tempo que era integrado num plano internacional de sustentabilidade e consciencialização ambiental.

2.6. Necessidades Básicas

As desilusões e frustrações do Desenvolvimento que se faziam sentir nos anos 70 resultaram em vários novos conceitos e conceções de como deveria ser efetuado e qual o seu fim. Neste cenário, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1976 debruçou-se sobre a temática, discutida no relatório “*Empowerment, growth and basic needs*”, resultante da Conferência de Genebra do mesmo ano.

Na perspectiva da OIT o principal fim do Desenvolvimento deveria ser a satisfação das necessidades básicas sendo elas: a alimentação, o abrigo, a roupa, os equipamentos

domésticos e os serviços comunitários, como acesso à água potável, saneamento, transportes públicos, serviços de saúde e educação. Estes são os mínimos exequíveis que o Desenvolvimento deveria garantir prontamente, reconhecendo que outros avanços e melhorias levariam mais tempo a ser alcançados. Para tal, era necessário estimular um rápido crescimento económico e garantir a distribuição da riqueza.

Esta preocupação toda com o crescimento económico parece ir em contramão à transformação que o Desenvolvimento estava a passar, onde existia uma predominância de preocupações mais humanas e sustentáveis. Contudo, a abordagem das Necessidades Básicas tinha como entendimento que o crescimento económico permitia que os seus efeitos se alastrassem a todas as camadas das populações, para além do mais a atuação do próprio Estado, com ajudas e subsídios, traria benefícios a todos. Por fim, era necessário que, num primeiro momento, fosse garantida a existência de infraestruturas e capital, para que os pobres tivessem a possibilidade de melhorar a sua condição (Streeten, 1981).

É inevitável focar o trabalho de Dudley Seers, mais exatamente o “*The Meaning of Development*” de 1969. Só poderíamos dizer que houve o Desenvolvimento de um país quando se registassem quedas nos níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade. Embora a alimentação seja o bem-essencial para a realização do potencial da vida humana, o Homem tem outras necessidades básicas que devem ser igualmente cuidadas, como o vestuário, calçado e alojamento. Seers realçou a importância de ter um trabalho, que representava uma autovalorização e sentimento de participação ativa.

Seers realçou também os níveis educacionais, a liberdade de expressão e a cidadania de um país independente pois, “(...) a realização do potencial humano requer muito que não pode ser especificado em termos puramente económicos” (Seers, 1969: 5, tradução livre). Sendo assim, já em 1969 Seers avançava com a ideia que o Desenvolvimento devia ser algo mais do que somente os índices económicos, defendendo que este deveria preocupar-se com os cidadãos e auxiliá-los na sua vida.

Robert McNamara foi outra figura importante na abordagem das Necessidades Básicas, através do seu trabalho enquanto presidente do Banco Mundial, entre 1968 e 1981. Inspirado pelo trabalho da OIT de 1976, McNamara propôs que o Banco Mundial se focasse na satisfação das necessidades básicas e da erradicação da pobreza. Assim, o Banco Mundial iniciou um longo trabalho, na tentativa de entender como garantir as necessidades básicas, servindo como um elemento de incentivo à implementação de novas medidas. Não obstante o entusiasmo de McNamara, os resultados ficaram muito aquém do esperado. Sendo de lamentar tal situação, é importante referir que o trabalho de pesquisas realizadas serviram de

base para diversas políticas e programas adotados anos mais tarde (Kapur, Lewis e Webb, 1997).

Numa fase inicial a abordagem foi tida com grande entusiasmo, reunindo o consenso que deveria ser seguida, tendo mesmo sido tomadas várias ações nesse sentido. Porém, a década de 70 ficou marcada pela recessão económica, pondo fim ao sistema de Bretton Woods, e por duas crises energéticas. Estes fatos levaram a que os países se focassem nas economias nacionais e, principalmente, em como resolver as problemáticas subjacentes, descurando o Desenvolvimento.

Tendo perdido algum fulgor, a verdade é que a abordagem das Necessidades Básicas serviu como base para o Desenvolvimento Humano. Enquanto a ideia de Necessidades Básicas

(...) estava preocupada em providenciar a todos os seres humanos, mas particularmente os pobres e despojados, com oportunidades para uma vida preenchida. O Desenvolvimento Humano vai para além das necessidades básicas estando preocupado com todos os seres humanos – não só os pobres nem só em países pobres – e não nas necessidades básicas (Ul Haq, 1995: IX, tradução livre).

2.7. Desenvolvimento como Liberdade

O entendimento de “Desenvolvimento como liberdade” foi avançado por Amartya Sen no livro com o mesmo nome, de 1999. Se antes o Desenvolvimento era pensado como a procura do crescimento económico e da riqueza, agora ganhava uma nova extensão, a liberdade. Isto porque só uma sociedade totalmente livre e transparente permitia que o indivíduo tivesse a capacidade de prosperar. Sen não menosprezava o peso dos fatores económicos, mas entende que o Desenvolvimento não se esgotava aqui.

A liberdade ganhava o seu papel central na análise do economista, pois esta era o veículo que permitia avaliar o sucesso de uma sociedade, tendo também uma função de “eficácia”. Desta forma, ter-se-ia uma sociedade bem-sucedida quando os seus cidadãos pudessem desfrutar em pleno das suas liberdades sem quaisquer constrangimentos. No que diz respeito à questão da eficácia, Sen acreditava que “(...) uma maior liberdade reforça a capacidade das pessoas para se ajudarem a si mesmas e também para influenciarem o mundo e tais capacidades são fulcrais para o processo do desenvolvimento” (Sen, 2003: 34). Ou seja, numa sociedade bem-sucedida os indivíduos podiam atuar livremente, sendo que esta capacidade de agir livremente acabava por permitir que cada cidadão tivesse um papel ativo na luta pelo Desenvolvimento.

Na verdade esta liberdade consistia em cinco liberdades: as liberdades políticas, os dispositivos económicos, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a previdência social (Sen, 2003: 52). Todas elas eram igualmente importantes e a sua possibilidade permitia, ao indivíduo, alcançar a plenitude da sua existência humana.

O autor expressou também a ideia que o Desenvolvimento Humano era um fator elementar para as populações mais carenciadas. Considerando que o Desenvolvimento Humano se traduzia em melhorias nos mais diferentes campos, como a educação, a saúde, a economia, era de esperar que os seus efeitos tornassem os indivíduos mais capacitados para auxiliar o país no crescimento económico.

Sen escusava-se a dar primazia aos direitos económicos em detrimento dos direitos civis e políticos, pois a obtenção e avanço dos direitos económicos estavam bastante dependentes de “(...) debates e discussões abertos e públicos (...)” (Sen, 2003: 161). Os direitos de ambas as naturezas eram de igual importância e a sua existência era necessária para o alcance dos outros. Embora existisse quem pensasse contrariamente, subscrevendo a ideia que as liberdades políticas eram um empecilho para o crescimento económico, Sen escrevia que “(...) nenhuma fome grave ocorreu em nenhum país independente com uma forma democrática de governo e com uma imprensa relativamente livre” (Sen, 2003: 162).

Esta perspetiva tinha em consideração que as comunidades não ocupavam um lugar passivo no Desenvolvimento, limitando-se a receber os seus benefícios. Elas próprias podem ser agentes desta mudança criando laços de cooperação e construindo uma sociedade mais solidária.

É por estas razões que Sen via na liberdade o principal fim e o principal meio de desenvolvimento. Era o desenvolvimento das comunidades, que permitia criar condições para que todos pudessem viver uma vida sem privações e ter a possibilidade de expandir a sua existência. Era também a liberdade que permitia que todos os efeitos do desenvolvimento sejam mais expansivos e abrangentes. Sen (2003) chega mesmo a afirmar que a liberdade tinha um papel instrumental no desenvolvimento.

O ponto fulcral desta visão era o indivíduo e não a economia. O Desenvolvimento só ganhava real importância quando permitia à pessoa a liberdade para escolher e traçar o seu destino. Enquanto que os objetivos tradicionais do Desenvolvimento se esgotavam na modernização, nas estruturas e nos procedimentos, aqui o Desenvolvimento ganhava uma dimensão humana. Tudo o que era número e estatística era relegado para um segundo plano, virando o foco para as possibilidades que os cidadãos tinham. Não existia um real ganho quando o crescimento económico acontecia e os cidadãos permaneciam incapazes de poder

controlar os seus destinos, não podendo tirar daí os devidos dividendos.

2.8. Pós-Desenvolvimento

A teoria do Pós-Desenvolvimento reúne todos os grandes autores críticos dos parâmetros do Desenvolvimento, tais como Arturo Escobar, Ivan Illich, Majid Rahnema e Wolfgang Sachs, entre outros.

É precisamente Illich que é visto como a inspiração do Pós-Desenvolvimento, muito devido ao trabalho *“Tools for Conviviality”* de 1973. Nele, Illich foi extremamente crítico com as políticas de desenvolvimento industrial, recusando aceitar que uma sociedade com maiores níveis de consumo energético fosse mais avançada culturalmente, indo precisamente contra os princípios fundamentais do Desenvolvimento que então imperavam. O autor revelou-se igualmente preocupado com as questões ambientais, chegando mesmo a afirmar que o desenvolvimento industrial colocava em causa os cidadãos do mundo. Basta recordarmos que no ano anterior, em 1972, tinha sido lançado o relatório *“Limits to Growth”*, onde se realçava exactamente este ponto, a impossibilidade de procurar os mesmos padrões de Desenvolvimento dos países ricos e torná-los universais.

Foi ganhando forma o entendimento que seria catastrófico seguir os padrões de Desenvolvimento dos países ricos. Não só porque seria ambientalmente inoportável, mas também porque, no fundo, este conjunto de países não eram exemplo para ninguém, como afirma Sachs (1992). O mesmo autor culpava o Desenvolvimento que ao pretender uma estandardização, levava à perda da diversidade cultural, referindo que “(...) o direito à própria identidade cultural tem sido comprometida ao aceitar a visão mundial do desenvolvimento.” (Sachs, 1992: prefácio, tradução livre). Os países ricos continuavam a fomentar o espírito do Desenvolvimento nos países em desenvolvimento para que daqui pudessem tirar os seus próprios dividendos. Acrescenta a isto que qualquer intervenção era justificada pelo interesse maior do Desenvolvimento. O Pós-Desenvolvimento deverá pautar os seus princípios na valorização do bem-estar e valores intrínsecos de cada comunidade. Com a multiplicidade de iniciativas e visões que vão aparecendo no âmbito do Pós-Desenvolvimento, Sachs (1992) destacou a mudança para uma economia mais verde e um respeito pela idiossincrasia de cada sociedade como os temas transversais a todas elas.

Em *“The Post-development Reader”* (1997), uma coletânea de textos de Majid Rahnema e Victoria Bawtree, há uma análise bastante interessante das sociedades tradicionais.

“Eles podem saber que o seu estilo de vida permite mais tempo de lazer ou que têm maiores possibilidades de sobrevivência na sua região particular porque não exploram ao máximo as possibilidades do seu nicho ecológico” (Groh, 1997: 12, tradução livre). Em vez de criticar o seu estilo de vida simples e a forma rudimentar como processam os seus meios de subsistência, existe um respeito pela sua idiossincrasia, bem como uma tentativa de perceber o porquê da mesma.

Na mesma obra, Helena Norberg-Hodge (1997: 27) relatou a sua experiência de uma comunidade na região de Ladakh, Himalaias. Aqui, todas as decisões eram tomadas por quem tem um conhecimento profundo da situação e das pessoas envolvidas, sendo um processo bastante ponderado dada a sua singularidade. Não existiam medidas intransigentes, nem leis pré-estabelecidas impostas por agentes exteriores à comunidade.

É, também, importante referir as teses defendidas por Majid Rahnema e Arturo Escobar, ambos seguindo a mesma linha de pensamento ao criticar o entendimento generalizado de como o Desenvolvimento deveria ser alcançado.

Arturo Escobar olhava de forma bastante negativa para os economistas que se focavam no Desenvolvimento, acreditando que estes tomavam as posições e escolhas tendo em conta (Levitt, 2008) os seus lugares privilegiados nestas relações. Desta forma, não era surpresa que defendessem a acumulação de capitais e não de alimentos, centrado-se num “(...) planeamento centralizado (...) mas não abordagens participativas e descentralizadas; desenvolvimento agrícola baseado em grandes quintas mecanizadas e o uso de químicos mas não sistemas agrícolas alternativos, baseados em pequenas quintas (...)” (Escobar, 1997: 90, tradução livre).

As políticas adotadas ignoravam as condições e necessidades reais das populações alvo. Escobar afirmava que o Desenvolvimento tinha estado tão focado nas suas estruturas, quais as estratégias a adotar, se se está a cumprir com os objectivos, acabando por negligenciar as pessoas (Escobar, 1997: 91). Mais uma vez surgia a ideia que o Desenvolvimento não tinha o mínimo de consideração pelas especificidades de cada cultura, impondo a sua visão do mundo. Juntava-se a isto a designação de “subdesenvolvidos”. Era um minar constante à história de cada sociedade, à sua confiança e uma pretensão em apagar quais vestígios culturais que seguiam.

A imposição de estruturas e valores que não eram familiares às comunidades, juntamente com a ideia que alguém tinha ganho com o campo do Desenvolvimento e não tinham sido as populações mais pobres, tinha levado ao nascimento de práticas “pluralistas e igualitárias” (Escobar, 1992: 157). Escobar apoiava-se no trabalho de Vandana Shiva de 1989 como forma de demonstrar a mais-valia existente nos países do Terceiro Mundo, com as

comunidades a terem, por si próprias, conhecimentos e práticas mais inclusivos e respeitadores dos meios que as envolviam. Consequentemente, o Desenvolvimento como comumente o entendíamos tornar-se-ia, quiçá, obsoleto, dado que o que era realmente necessário era potenciar as capacidades das próprias comunidades.

Rahnema denunciava todo o discurso depreciativo adotado pelo Desenvolvimento, desprezando as populações ao denominá-las de “atrasadas”, “primitivas”, “subdesenvolvidas”. “Estas tentativas de desvalorização visam não só denegrir o conhecimento tradicional e o know-how, mas também as visões do mundo e os conceitos que lhes estão subjacentes (...)” (Rahnema, 1997a: 123, tradução livre). O seu discurso tocava nalguns pontos já abordados pelo Desenvolvimento Comunitário, contudo é importante não esquecer que as críticas deste ocorreram nos anos 50 e 60, pelo que passados trinta anos a soberberia do Desenvolvimento e dos países ricos parecia teimar em continuar.

Rahnema (1997a) expressava uma admiração pelas comunidades que normalmente eram apelidadas de subdesenvolvidas, em que se uniam e contemplavam as suas relações humanas, valorizando-as e relegando para um segundo plano os bens materiais e económicos. A seu ver, cada vez mais pessoas percebiam a beleza da simplicidade e a importância que tinham os laços de solidariedade e comunhão no seio da uma comunidade, em detrimento da competição e consumismo.

Na verdade, em “*The Post-development Reader*”, é a exposição de Rahnema que melhor serve de exemplo para demonstrar o que os apologistas do Pós-Desenvolvimento defendem. Embora a sua intenção sempre tivesse sido o garantir de prosperidade económica, capacitando assim os países com a possibilidade de garantir condições de vida dignas aos seus cidadãos, tal fim ainda não foi alcançado. O autor defendia mesmo a tese que o Desenvolvimento veio criar novos problemas e se é condenável os problemas que surgiram, na sua opinião, o não entregar resultados acaba por ser um mal que veio por bem. Isto porque se o Desenvolvimento tivesse resultado, e todos os países tivessem estilos de vida e de consumo semelhantes, o planeta estaria agora à beira de uma verdadeira catástrofe natural.

Levanta-se uma questão pertinente, “(...) era tudo tão mau no velho continente?” (Rahnema, 1997b: 379, tradução livre). Basta pensarmos no *stress* da vida moderna para perceber que talvez esta também não seja a ideal, dado que as sociedades tradicionais tinham bastante tempo de lazer, mantendo-se produtivas, quando necessário, para combater as suas reais necessidades.

O Desenvolvimento e, consequentemente, todas as suas ações eram vistos quase como uma “neocolonização”, onde as intervenções nada tinham a ver com a vontade de ajudar mas

sim com o intuito de expandir a sua influência e ter acesso a novos mercados. Era mesmo designado como um “presente envenenado”, considerando que trazia consigo a implementação de estruturas e mecanismos que eram totalmente alheios a estas populações. Não se resumia a uma imposição de todo um novo estilo de vida, sendo também uma afirmação de que o que estas comunidades estavam a fazer estava completamente errado e que era por isso que viviam em tais condições. Facilmente se percebia o descontentamento e a desconfiança para com todo o discurso do Desenvolvimento, dado serem confrontados com a ideia que o pouco que tinham não bastava para poderem ser totalmente felizes, como passavam a estar inseridos em algo que não pediram, nem tinham como controlar.

A procura de uma vida melhor e completa não passa por alcançar os mesmos padrões e estilos de vida que os países desenvolvidos, onde impera a opinião que o bem-estar resume-se ao consumo exacerbado de bens, só pelo próprio prazer do consumo. Existe uma valorização desmesurada do consumismo, pensando que qualidade de vida é comprar coisas e mais coisas. “O bem-estar está saturado de bens e, no processo, torna-se confundido com eles” (Latouche, 1997: 139, tradução livre).

A preocupação e intenção de estimular o crescimento não passava de uma escapatória para fugir de um presente que não se apresentava como digno. Existia sempre a falácia que era necessário continuar os esforços para que no futuro estivessemos numa situação onde não existissem problemas do subdesenvolvimento.

Os autores do Pós-Desenvolvimento pautaram a sua conduta e trabalho pela denúncia dos excessos cometidos em nome do Desenvolvimento, defendendo as estruturas tradicionais e as suas populações. Alertaram para o desprezo que estava patente no discurso do Desenvolvimento, ao defender que os moldes dos países ricos é que estavam certos e que todos os deveriam seguir. A promessa de alcançar altos níveis de crescimento económico e de obtenção de riqueza, não foi cumprida e isso deixou marcas nos cidadãos do “Terceiro Mundo”. Levou a um sentimento de desilusão, aumentando ainda mais o sentimento de desconfiança para com futuros projetos que aí pudessem ter lugar. Esta não era, de todo, uma situação ideal. Sem o apoio das comunidades locais, os projetos de Desenvolvimento não podem singrar dado que o seu envolvimento e o sentimento de pertença da comunidade são fundamentais ao sucesso. A não consulta dos locais acerca dos projetos a implementar era bem demonstrativo da mentalidade de superioridade dos técnicos de Desenvolvimento e a sua intenção em formatar tudo por igual.

O desejo de abandonar o conceito do Desenvolvimento não é sinónimo de desistir de melhorar uma situação precária, muito pelo contrário. O ideal seria estabelecer novas formas

de solidariedade e, assim, garantir que o bem-estar de todos se encontra protegido e garantido, passando também pela aprendizagem e valorização das especificidades culturais de cada povo. Muito como o Desenvolvimento Comunitário, é um aproveitar das mais-valias e conhecimento que estas comunidades mais carenciadas também possuem, integrando-as e fomentando-lhes a vontade de querer ser mais e melhor, respeitando a sua herança cultural.

“As vontades das pessoas necessitadas são um mito, bem mantido pelas autoridades estrangeiras e nacionais pelos seus objetivos políticos, económicos, militares e às vezes geopolíticos.” (Rahnema, 1997b: 385, tradução livre). Esta afirmação tem uma mensagem bastante vincada e é bem demonstrativa da desconfiança deste grupo de autores para com o Desenvolvimento.

Não deixa de ser curioso verificar que Rahnema recorreu algumas vezes à figura de Confúcio e às suas ideias e ensinamentos. O Pós-Desenvolvimento parece querer reclamar os valores morais e respeitadores de todas as culturas e respetivas práticas. Para tal, defense-se a procura de novas formas de colaboração e ajuda, de uma ordem “*bottom-up*” e novos paradigmas que tragam consigo uma nova linguagem.

2.9. Serge Latouche e o Decrescimento Sereno

Na senda do pós-desenvolvimento, Latouche veio juntar-lhe a tónica do Decrescimento, ideia completamente contraproducente à do Desenvolvimento.

A palavra de ordem do Decrescimento tem sobretudo por finalidade ficar a assinalar claramente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, cujo motor não é senão a busca do lucro pelos detentores do capital, com consequências desastrosas para o ambiente e, portanto, para a humanidade (Latouche, 2011: 18).

Existe uma nova defesa do abandono da mentalidade progressista, apoiada pela escassez de resultados de décadas de políticas de Desenvolvimento e pela impossibilidade energética do planeta. Latouche enumerou várias experiências que começaram a surgir, onde as populações se movimentaram para combater os excessos do Desenvolvimento em defesa do Decrescimento. Curiosamente são todas em solo europeu.

Latouche (2011) referiu que mal se verificava o abrandamento ou a ausência de crescimento, a sociedade entrava em tal estado de histeria que todos os discursos políticos passavam a focar esforços neste ponto específico. A fim de evitar este cenário, o autor apontava para o Decrescimento como uma via para abandonar a procura do Desenvolvimento

e do crescimento económico como a cura de todos os males.

O Decrescimento deseja, nada mais, nada menos, que uma revolução cultural, envolvendo o abandono de uma mentalidade baseada no crescimento económico e constante consumo de bens. A visão de Latouche está estruturada em oito “R's”, todos eles igualmente essenciais: reavaliar; reconceptualizar; reestruturar; redistribuir; relocalizar; reduzir; reutilizar e reciclar. Exige-se uma reavaliação dos valores dominantes na sociedade contemporânea, substituindo a competição e egoísmo pela cooperação e solidariedade, levando a uma reconceptualização da própria imagem que temos da realidade. Estas mudanças levam a que seja necessário reestruturar “(...) o aparelho de produção e as relações sociais em função da mudança dos valores” (Latouche, 2011: 54).

A riqueza gerada terá que ser redistribuída, para que não fique concentrada nos países do Norte e numa pequena minoria no Sul. Assim se garante que todos tenham a capacidade de levar uma vida condigna. O autor aludiu que numa sociedade de Decrescimento é importante relocalizar as indústrias em pequenas localidades, para assim satisfazer as necessidades das populações e garantir que as decisões sejam tomadas localmente. Os últimos três “R's” - reduzir, reutilizar, reciclar – seguem a linha de pensamento ecológico. Reduzir o consumo de bens como forma de redução do nosso impacto ambiental. Reutilizar os bens, abandonando a mentalidade vigente de consumo descartável, onde é mais fácil e económico comprar o novo que reparar o velho. Por fim, a aposta na reciclagem, evitando o desperdício e garantindo uma nova vida e utilidade a equipamentos e resíduos.

Este autor, a que se poderia chamar de “declinólogo”, teceu críticas à sociedade consumista, enumerando três factores que fomentam tal espírito: a publicidade; o crédito; a obsolescência. O bombardeamento persistente da publicidade estimula o desejo pelos produtos e serviços mais recentes. Não havendo só a publicidade aos produtos, existe a disseminação da facilidade em obter crédito que permite o consumo. Como se isto não bastasse, os próprios produtos têm um tempo de vida bastante limitado. Os custos de avaria não compensam tal despesa, sendo preferível comprar novo e a constante transformação e inovação garantem o aparecimento de novos bens, dotados da tecnologia mais recente. A publicidade encarrega-se de nos garantir o quão útil será tal produto e o crédito permite ter um acesso fácil à sua compra. Assim se estimula a economia e crescimento económico, mas há que pensar no quão necessária e benéfica é toda esta normalidade para a Humanidade, “(...) trata-se de saber se o bem-estar requer necessariamente possuir 10 pares de sapatos, frequentemente de má qualidade, em vez de dois que sejam resistentes.” (Latouche, 2011: 76).

Os países do Sul deveriam abandonar as intenções de Desenvolvimento e focar-se

somente em remover os constrangimentos que os impedem de florescer. Defende-se a evolução da sociedade, vivendo de forma mais frugal e privilegiando o bem-estar. Para Latouche, os oito “R's” apresentados poderão ser modificados, substituídos, da maneira que seja mais conveniente aos países do Sul. A sua demanda pela sociedade de Decrescimento passará pelo retorno aos modos de vida que a colonização, Desenvolvimento e globalização interromperam.

Existe uma apologia do Pós-Desenvolvimento como o caminho para uma vida plena de bem-estar mental e social, onde cada comunidade segue a via que mais satisfação lhe traga.

2.10. Conclusão

Todos os discursos apresentados são unânimes na tese que o Desenvolvimento deveria adotar novas formas de intervenção, bem como os próprios fins a que se destinava. Várias abordagens colocaram a tónica no Ser Humano, sendo ele o principal meio e fim do Desenvolvimento, num claro afastamento dos indicadores económicos como medição do Desenvolvimento, numa clara humanização do conceito.

Foram surgindo também preocupações ambientais alertando que o Desenvolvimento não poderá seguir os mesmos moldes que o Desenvolvimento dos países do Norte, sob pena de ter sérias repercussões no ecossistema terrestre.

Outro entendimento que foi crescendo foi o quão exploratório o Desenvolvimento poderia ser, sendo muitas vezes uma desculpa de os países ricos manterem a sua influência nos países em desenvolvimento, tirando benefícios da sua posição privilegiada.

Muitas destas críticas adotaram uma postura de defesa para com as comunidades locais onde os projetos e políticas de Desenvolvimento pretendiam atuar. O sucesso do Desenvolvimento só poderia ser alcançado com a participação das comunidades, ouvindo-as, conhecendo-as e canalizando todos os seus saberes e recursos para um objetivo construído conjuntamente.

Com tantas ressalvas e denúncias do Desenvolvimento, não é de admirar que já se defenda o abandono da ideia de Desenvolvimento, sendo este objeto de enorme desconfiança e descrença por parte das populações. Autores dos países em desenvolvimento vão tendo um trabalho importantíssimo nas denúncias dos abusos e faltas de consideração levadas a cabo pelos agentes de Desenvolvimento, demonstrando que as suas comunidades também têm o seu valor e este deverá ser potencializado.

O importante é que as práticas de Desenvolvimento analisem estas críticas e delas retirem novas práticas para que o seu trabalho se torne mais inclusivo e sustentável, especialmente quando as críticas têm origem nas comunidades tidas como subdesenvolvidas.

III. NOVOS CONCEITOS

As críticas analisadas no capítulo anterior alertaram para a necessidade que existe de transformar o conceito de Desenvolvimento, tornando-o mais do que era originalmente.

Novos conceitos têm surgido e reclamado o seu espaço no campo de estudos do Desenvolvimento, trazendo consigo novas abordagens e diferentes *modus operandi* dos projetos tradicionais de Desenvolvimento. A Felicidade, Bem-estar e *Buen Vivir* são conceitos que têm vindo a ganhar notoriedade, defendendo novas formas de desenvolver e viver a vida moderna. À abordagem economicista do Desenvolvimento, muito confundido com a ideia de crescimento económico, estes novos conceitos contrapõem com novos modos de avaliação à economia. Mais do que números, estes conceitos defendem a importância da qualidade de vida e do quanto esta pode ser atingida melhorando campos tão simples como o tempo de lazer ou férias.

A Felicidade é, talvez, um dos conceitos com mais história e que tem recebido as atenções das mais diversas figuras que sempre procuraram perceber qual o caminho para a felicidade. O Bem-Estar, embora seja muitas vezes confundido com a felicidade, é um conceito que tem vindo a ser trabalhado e que encontra diferentes teorizações, dependendo de qual o campo académico. O *Buen Vivir* é o conceito com uma história mais recente e que vem ganhando o seu próprio espaço, embora ainda esteja um pouco limitado geograficamente. São conceitos bastante interessantes de analisar sob o desígnio do Desenvolvimento, principalmente quando se levantam as questões de qual o seu papel no mesmo e como poderão evoluir e as implicações que poderão ter na vida moderna. Serão um ponto de rutura com os projetos de Desenvolvimento que agora imperam ou representam uma mudança e avanço do mesmo?

Este capítulo encontra-se assim dividido em três partes que correspondem aos conceitos acima referidos, onde se pretende analisá-los definindo-os, e de que forma poderão ser avaliados, como forma de estudar o desempenho das suas intervenções, mostrando ainda alguns exemplos práticos da sua aplicabilidade.

3.1. Felicidade

3.1.1. As Origens

As questões da busca da felicidade têm preocupado desde sempre o ser-humano. Nas

mais diferentes eras, podemos encontrar trabalhos reflexivos sobre qual o caminho para a verdadeira felicidade e realização pessoal. Os maiores pensadores da história mundial, como Sócrates, Aristóteles, Jeremy Bentham e até Adam Smith dedicaram trabalhos ao estudo e compreensão do caminho para a felicidade.

Seguindo uma sequência cronológica, interessa começar a análise nos trabalhos dos maiores filósofos clássicos, como Sócrates, Platão e Aristóteles. Quando muitos andavam preocupados com questões relacionadas com o universo e o porquê das coisas, Sócrates tentava perceber o que nos faz felizes e o como poderemos ser felizes. Ligado às questões do espírito e da virtude, a visão socrática da felicidade dava primazia ao bem-estar espiritual, procurando sempre levar uma vida moralmente virtuosa. Mais do que a obtenção de bens, ou a satisfação excessiva dos vícios corporais, o Homem deveria abster-se de tais comportamentos, alimentado a sua mente e procurando a sabedoria. A Felicidade era adquirida através do conhecimento e da procura do mesmo, do conhecimento do nosso próprio ser. Em “*A República*” (Asscher e Widger, 2012), e embora o tema central seja a justiça, Sócrates defendia que uma pessoa justa era imensamente mais feliz do que alguém injusto. Uma pessoa justa pratica o bem e a virtude.

Tal como Sócrates, Aristóteles acreditava que a Felicidade era o fim que qualquer pessoa deseja alcançar na sua vida, e que é por isso que todos se propõem a lutar pelo alcance de vários bens e experiências de vida, crendo que estes eram um meio para tal fim. Tal como dizia, felicidade é uma “*boa vida e boa ação*” (Asscher e Widger, 2012). De novo, encontramos a necessidade de levar uma vida movida pelos mais altos valores morais, tentando ser e fazer o melhor possível, para no fim da vida podermos olhar para trás e constatar que fomos felizes. Contudo, Aristóteles não considerava que a Felicidade fosse um estado de espírito, mas sim uma atividade. Uma atividade que nos movia e guiava ao longo da vida, obrigando-nos a fazer escolhas entre coisas que nos fornecessem uma gratificação instantânea e entre as ações/atividades mais nobres e virtuosas, que nos realizassem a longo prazo, mesmo que de início se tornassem nas escolhas mais difíceis de fazer. Existia um entendimento acerca da necessidade de estudar o que eram práticas éticas e sobre o que era necessário para se atingir a excelência, fosse qual fosse a atividade, e conjugá-la com a prática, pois tal como dito anteriormente a Felicidade era uma atividade.

Torna-se complicado, por vezes, distinguir quais os pensamentos de Platão e quais as ideias que este imputa a Sócrates nos seus diálogos. No entanto, é perceptível a influência de Sócrates no trabalho de Platão, onde ambos sublinham o quão importante é a justiça para a felicidade. Uma sociedade injusta e opressora nunca poderá ter a capacidade de garantir uma

população que se sinta realizada.

Embora as questões da Felicidade tenham preocupado vários filósofos da Antiguidade, a verdade é que só nos séculos XVII e XVIII é que se volta a assistir ao estudo das suas causas e do seu papel na vida das pessoas. Adam Smith, reconhecido pai da economia moderna, muito graças à sua obra “*Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*” de 1776, já antes tinha escrito um livro sobre o consumo e a felicidade, a “*Teoria dos Sentimentos Morais*” de 1759. Smith constatou que não existia uma relação entre maior consumo e mais Felicidade, isto porque o ser humano procurava sempre consumir mais para que mantivesse o mesmo nível de satisfação e Felicidade. A capacidade de adaptação a uma nova condição era garantia de que depois de ajustados, quiséssemos novamente mais. Ou seja, a felicidade do consumo facilmente se esbatia, devido a esta constante insatisfação com o monótono (Smith, 1790).

Marcando igualmente o século que se voltou para o estudo da felicidade, o filósofo Jeremy Bentham, com John Stuart Mill e James Mill, avançou com a ideia de utilitarismo como fórmula simples e direta para entender a Felicidade. Em 1781, é lançado o “*An Introduction to the Principles of Morals*” onde foi apresentada a definição de utilidade, sendo “a propriedade de qualquer objeto, por meio de que tende a produzir benefício, vantagem, prazer, bem, ou felicidade (...) ou que previne o acontecer de prejuízo, dor, maldade ou infelicidade” (Bentham, 1781: 14, tradução livre). Esta noção de utilidade deveria ser seguida não só por cada pessoa, mas também pelas instituições que eram responsáveis pela imposição de normas à sociedade. Foi desta forma que nasceu a expressão que lhe é mais conhecida, “a maior felicidade para o maior número”, ou seja, as instituições deveriam optar pela legislação e normas que garantissem mais Felicidade ao maior número de pessoas possível. O que definia se uma ação era correta ou inadequada era a sua capacidade em provocar bem-estar ou sofrimento.

É a John Locke que devemos a expressão “a procura da felicidade”, a mesma que Thomas Jefferson mais tarde viria a colocar na Declaração da Independência norte-americana, sendo ainda hoje um dos grandes chavões nacionais. O site “*The Pursuit of Happiness*” (2014) fez uma análise bastante completa ao pensamento do filósofo britânico. A verdadeira expressão da liberdade traduzia-se na procura da Felicidade, sendo essa a razão pela qual a liberdade é tão importante. Devemos estar concentrados na procura da verdadeira Felicidade, abstando-nos de todas e quaisquer ações que possam fazer-nos felizes, mas em nada contribuem para a melhoria da nossa qualidade de vida. Tal como os filósofos da antiga Grécia, o britânico era apologistas que a pessoa deveria procurar a sua própria Felicidade, e

para tal é elementar ter a liberdade necessária para poder atingi-la. A moralidade e a virtude não tinham tanta relevância como na Antiguidade, não existindo uma clara contraposição entre o que era aceitável ou moral. Cabia a cada um definir interiormente os seus valores e fins que lhe trariam a maior Felicidade.

3.1.2. Definição

Richard Layard, em “*Happiness: lessons from a new science*” (2005), referia que se antes a Felicidade era entendida como algo subjetivo, não podendo ser certo quando alguém afirmava ser feliz, atualmente existem formas de medir os níveis de felicidade, podendo mesmo ser cientificamente observadas as reações cerebrais quando a vivenciamos.

Uma forma rápida, simples e direta de medir a felicidade é perguntar o quão feliz se está com a sua vida, indo as respostas do “muito feliz”, a “substancialmente feliz” e “não muito feliz”. Para ter uma imagem mais detalhada poderá também medir-se os níveis de felicidade mediante diferentes atividades da vida quotidiana.

Na ciência é referenciado o trabalho de Richard Davidson, servindo-se de elétrodos para medir a atividade elétrica do cérebro. Sabe-se que o cérebro regista uma maior atividade elétrica no lado esquerdo do lobo frontal quando confrontado com situações que lhe causam maior prazer.

Embora seja praticamente impossível definir com exatidão o que é a Felicidade, dada a sua subjetividade, Layard estabeleceu alguns pontos bastante importantes na realização de uma vivência feliz. Primeiro que tudo há que entender a importância que a vida social tem na nossa vida. Pessoas altamente sociais, com fortes relações de amizade e familiares, registam maiores níveis de felicidade. Existe também o fator confiança, sendo basilar uma sociedade que tenha confiança em si própria e confie nas entidades políticas e instituições públicas do seu país. A adaptabilidade do ser humano deverá ser também considerada. Caso o nosso nível de riqueza aumente de um momento para o outro, também a nossa felicidade aumentará, contudo, a nossa rápida capacidade de adaptação leva a que este estado de graça diminua consideravelmente e voltemos ao mesmo nível de satisfação que anteriormente tínhamos. Igualmente importante é o fortalecer do carácter humano e da personalidade, avançando Layard com a importância que a educação tem aqui. A autoconfiança e resiliência capacitam-nos para enfrentar quaisquer obstáculos, evitando sentimentos negativos.

Se antes os grandes filósofos frisavam a importância dos valores morais e de uma vivência correta, agora a Felicidade pode ser um conceito um pouco mais fácil de medir e até

de constatar quais as atividades e valores que nos tornam realmente mais felizes e que nos satisfazem interiormente, por muito subjetivos que eles possam ser.

Mais recentemente tem ganho algum destaque no campo da Ciência Económica uma abordagem bastante peculiar, a economia da felicidade. A economia da felicidade é uma abordagem multidisciplinar, incluindo os campos da economia, psicologia e sociologia, que tenta assim estudar e entender o que afeta o bem-estar e felicidade. O fato de ter designação de “economia da felicidade” não significa que faça uma defesa acérrima da mesma, em prol do crescimento económico e riqueza. Tenta sim entender o impacto que as variações de fatores económicos têm na felicidade dos indivíduos e comunidades.

Em 1974, Richard A. Easterlin escreve “*Does Economic Growth Improve the Human Lot?*”, sendo considerado como um dos primeiros autores a trazer as questões da felicidade para a luz da análise económica. No que ficou conhecido por “Paradoxo de Easterlin”, o autor demonstrou que dentro de um país a riqueza tinha uma franca influência nos níveis de felicidade de uma pessoa. O exemplo dado nos EUA dos anos setenta indicava que nos grupos de menores rendimentos, só um quarto se definia como sendo “muito feliz”, enquanto nos quadrantes mais ricos, este número quase duplicava. Quando a comparação era efetuada em termos internacionais, ou seja comparar os níveis de felicidade entre países ricos e pobres, os registos eram um pouco diferentes e, talvez, inesperados. Alguns dos países com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* mais baixo, ao contrário do esperado, não se encontravam no grupo de países com índices de felicidade mais baixos, tendo sim níveis de felicidade intermédios.

Ficou assim demonstrado que a riqueza tinha um papel importante, mas só até certo ponto, existindo outros fatores que deveriam ser considerados para melhor entender a Felicidade.

Carol Graham afirmava que o foco dado somente aos rendimentos levava a que os estudos da Felicidade fossem altamente limitados quanto às conclusões que permitiam retirar pois, “As pessoas têm diferentes preferências para bens materiais ou não materiais. Elas podem escolher um trabalho pior remunerado, mas pessoalmente mais gratificante, por exemplo” (Graham, 2005: 42, tradução livre). A autora continuava a explicação que este ramo da economia pretendia completar as medições e políticas seguidas pela economia tradicional, nomeadamente qual o peso de vários outros fatores na Felicidade, como a saúde, o matrimónio, o emprego e a confiança na sociedade. Todo este entendimento era elaborado através de múltiplos questionários em todos os pontos do globo, como forma de conhecer individualmente a visão de cada cidadão e assim poder ter uma melhor imagem da complexa

questão da Felicidade.

O “paradoxo da Felicidade” é outra das questões que tem intrigado os economistas desta área. Se por um lado, estava provado que o dinheiro comprava felicidade, na medida em que os mais ricos têm acesso a melhores condições de saúde, mais escolaridade, melhores condições de vida, menos “stress” financeiro, menores índices de mortalidade infantil, a verdade é que o número de pessoas que se dizem “muito feliz” estava a cair nos países mais ricos (Bruni, 2007: 25). Estudos da US National Surveys demonstravam que um exponencial aumento do PIB *per capita* não tinha sido acompanhado pelo crescimento da Felicidade. Bruni criticava os economistas tradicionais, pois, ao centrarem-se somente na riqueza, nos rendimentos e no consumo, perderam outras condicionantes elementares à Felicidade, como o estímulo e a criatividade, a saúde, a participação política, a aspiração social, a liberdade, a perda de altruísmo, a diminuição de capital social e as externalidades posicionais.

Stefano Bartolini (2007) é um politólogo respeitado nesta área, sendo autor de um texto bastante interessante sobre o porquê de, com tanto crescimento económico, as pessoas estarem tão ou mais infelizes. Uma das razões apontadas era que a felicidade é um traço da nossa personalidade, de origem genética. Enquanto uns têm maior propensão a ser mais felizes, outros não, sendo que assim os níveis gerais se mantêm intermédios. Outra era a diminuição da utilidade do dinheiro, ou seja, podemos ter a capacidade para comprar os bens materiais que quisermos, mas o que realmente nos faz falta é algo que não pode ser comprado, como relações sociais e pessoais que tenham significado ou um propósito na vida. Em terceiro, a adaptação. Um montante extra nos rendimentos traz uma alegria inicial, contudo adaptamo-nos de forma relativamente rápida a esta condição e assim voltamos onde estávamos antes. Por fim, a importância da posição relativa. Um aumento de rendimentos no geral da população não nos deixa mais felizes, pois mantem-se o mesmo “*status quo*” quando nos comparamos com os nossos vizinhos ou comunidade.

Estas são algumas das questões que a economia da felicidade estuda e tenta perceber quais as reais implicações. É uma escola de pensamento que tem bem presente que o crescimento económico não significa por si só que a sociedade sinta que tem melhores condições de vida e mais confiante no presente e futuro. Poderá ter uma importância fundamental como auxílio de futuras políticas a adoptar, de forma a fortalecer e empoderar as populações e dar-lhes uma real mais-valia.

3.1.3. Butão e o “Gross National Happiness”

Origens

O pequeno reino do Butão, situado na cordilheira dos Himalaias, não é um país propriamente reconhecido pela abundância de riqueza e níveis de desenvolvimento. Curiosamente tem uma abordagem e uma visão bastante própria e original de como deverá agir para tornar o seu país melhor para os seus cidadãos.

Os principais indicadores de mudança começaram a verificar-se em 1961 quando Jigme Dorji Wangchuck, terceiro rei do Butão, lançou um plano que visava o crescimento económico e desenvolvimento durante cinco anos, tendo continuados e revelando-se extremamente importantes para o desenvolvimento do país. Num trabalho que analisa a história do desenvolvimento do país, “*The Bhutanese development story*”, Karma Ura (2005) avançou com cinco razões para tal sucesso. Primeiro, deveu-se ao papel ativo que os reis butaneses foram tendo nestes processos, agindo como líderes e coordenadores de todos os esforços em curso. Segundo, os excelentes recursos quer humanos, quer naturais. A baixa densidade populacional permitiu que não tivessem um excesso de mão-de-obra e os recursos naturais são sempre uma mais-valia à riqueza e saúde do próprio país. A administração pública e a forma como a comunidade estava organizada são outras das razões de sucesso na prestação de serviços ao público, sendo a própria comunidade outro corpo importante na interajuda. Em quarto lugar, a transparência de todos estes processos, sendo visível onde eram aplicadas as ajudas estrangeiras, evitando que os dadores estrangeiros quisessem cortar com tais apoios. Por fim, Ura referiu a primazia da cultura butanesa. Este primado permitiu que fossem os próprios a escolher a sua forma de Desenvolvimento e ao ritmo a que pretendiam ir trabalhando esse próprio caminho, não estando sujeitos a pressões e influências externas.

Com a chegada ao trono do quarto rei, Jigme Singye Wangchuck, em 1972, continuaram as políticas e mudanças para avançar com o desenvolvimento do país. Abstraindo-se dos modelos que imperavam no estrangeiro e das metas que estes mesmos propunham, o Rei empenhou-se em seguir o rumo que o próprio país estruturou e valorizando a cultura e identidade nacional. É elementar entender os valores da sociedade butanesa, para perceber a génese do índice da Felicidade Interna Bruta (FIB). Numa análise à visão do desenvolvimento do Butão, Stefan Priesner (1999) realçava que a intenção do terceiro Rei era tornar o seu país próspero e feliz. O seu sucessor voltou a sublinhar que “(...) a política do nosso país é consolidar a nossa soberania e alcançar confiança económica, prosperidade e

felicidade para o nosso país e pessoas.” (Priesner, 1999: 28, tradução livre). Todas estas ênfases na Felicidade de um povo deveram-se a questões culturais e históricas do país, que moldaram a sua idiossincrasia e levaram a esta visão tão característica do Desenvolvimento.

Contrariamente a muitos países, o Butão não olhava com bons olhos para a influência externa exercida no país nem para a dependência que esta criava, preferindo prescindir dela e enveredar por soluções que lhe permitiam manter as suas estruturas e relações sociais. A esta mentalidade não são alheios os eventos ocorridos em 1959, aquando dos conflitos entre o Tibete e China, que levaram à entrada de milhares de refugiados tibetanos no país levando a que a China se virasse para o país tentando espalhar a sua influência na população butanesa.

Priesner denota que o isolacionismo vivido no Butão durante grande parte da sua história levou a um forte sentimento de identidade política, social e cultural. Este forte sentimento de pertença levou a “(...) um bem definido conjunto de valores, que lhes forneceu orgulho e confiança (...) para encetarem no seu próprio caminho de crescimento, sendo este crescimento centrado nos valores e objetivos de toda a população” (Priesner, 1999: 35, tradução livre).

Outro ponto bastante importante na construção da identidade e valores da população foi a forte influência budista no país. O budismo, como religião e filosofia, procura definir práticas e estilos de vida que permitam alcançar a Felicidade. Os bens materiais devem ser procurados na medida em que nos tornam mais felizes e nos ajudam a encontrar o nosso objetivo, sendo um meio e não um fim. No pensamento budista, a luxúria e riqueza não são garantia de felicidade, sendo para isso necessário um maior entendimento do ambiente que nos rodeia. O “caminho do meio”, caminho para a felicidade, deverá ser efetuado respeitando o ambiente e a sociedade, tendo sempre presente a ideia que todas as nossas ações terão consequências, o karma (Rong, 1996).

Do budismo veio também o respeito que terá que existir com a natureza e a necessidade da sua preservação e vivência em comunhão. Este pensamento teve consequências práticas, não podendo destruí-la de forma que nos dá mais jeito, para podermos crescer desmesuradamente. É por esta mesma razão que o governo butanês adotou, ao longo dos anos, várias políticas respeitantes às florestas e parques, sempre com o intuito de as proteger e impedir a sua destruição, em nome do progresso económico (Priesner, 1999).

Por fim, há que perceber que o isolacionismo continental, e mesmo dentro do próprio país, tornou as comunidades muito próximas e a dependerem de si próprios para resolverem os seus problemas. Isto serviu para que os laços de identidade se fortalecessem e para que ganhassem confiança de que poderiam enfrentar qualquer obstáculo estando unidos, não

existindo necessidade de uma intervenção estrangeira.

Todos estes fatores moldaram a sociedade butanesa e os valores que defendem, tornando-se uma comunidade unida e resiliente. Não é de estranhar que Jigme Singye Wangchuck tenha afirmado que mais importante que o PIB era a Felicidade Interna Bruta (FIB). Mais importante que qualquer índice de evolução da economia, o rei está preocupado com a forma como o Desenvolvimento poderá e deverá contribuir para o bem-estar dos seus cidadãos. Assim nasce a FIB, no seio de uma comunidade carente, mas consciente que nem tudo se justifica em nome do consumismo e riqueza material. Acima de tudo prevalece a harmonia no seio da comunidade, a valorização da sua identidade e, sobretudo, a prevalência da vontade nacional sobre como o desenvolvimento deverá ser atingido.

Como se mede?

A Felicidade é um objetivo que não tem um único caminho, nem uma única dimensão, cuja concretização seja garantia de realização pessoal. Sabendo isto, a FIB baseia-se em nove indicadores que melhor traduzem a natureza holística deste índice. O site “*Gross National Happiness*” (Centre for Bhutan Studies & GNH Research, 2014), exclusivamente dedicado à pesquisa da FIB, é bastante esclarecedor em relação às dimensões e à forma como são medidas. Os nove domínios da FIB são: bem-estar psicológico; saúde; educação; uso do tempo; diversidade cultural e resiliência; boa governança; vitalidade da comunidade; diversidade ecológica e resiliência; padrões de vida. Estão presentes indicadores que dizem respeito à pessoa singular, à comunidade onde está inserida, ao governo nacional e até mesmo ao meio ambiente do país. Todos estes fatores são vistos como preponderantes para que um cidadão possa viver em harmonia e consiga ser feliz, tendo um peso igual na FIB. Dentro destes nove grandes domínios, encontramos trinta e três indicadores que permitem o cálculo da FIB.

Exige-se que se explique um pouco melhor os nove domínios, como forma de entender o porquê da sua importância e como efetuam a sua avaliação.

O bem-estar psicológico serve como reafirmação ao trabalho das instituições governamentais ao providenciarem bons serviços às populações e garantindo-lhes o apoio que necessitam. Aqui, pretende-se entender a satisfação de cada um com a sua vida, a forma como vive a sua espiritualidade e que emoções, positivas ou negativas, tem vivido.

Na saúde, tenta-se conhecer o estado de saúde da população, quais os conhecimentos que possuem sobre as doenças existentes e a sua satisfação com os serviços prestados no país.

No campo da educação, mede-se a satisfação com a própria educação, a capacidade para compreender a história e lendas nacionais e se têm conhecimento de questões políticas nacionais. A educação é de extrema importância visto capacitar a população, tornando-as mais-valias, e até mesmo incentivar a inovação e criatividade.

A categoria uso do tempo existe porque é reconhecida a importância que o tempo de lazer tem no sentimento de felicidade. O tempo de lazer para atividades sociais e para *hobbies* pessoais são essenciais numa vivência completa e feliz.

Na diversidade cultural e resiliência, temos indicadores que cobrem pontos como o uso do dialeto, desportos tradicionais, festivais comunitários, capacidades artesanais, transmissão de valores e perceções básicas. Pergunta-se qual a língua que se aprendeu em casa, a importância que se dá a vários valores da vida social e a participação nas festividades locais.

A boa governança pretende conhecer qual a perceção dos butaneses acerca das entidades estatais e da sua transparência. É pedido que classifiquem o trabalho do governo em diferentes áreas, o trabalho dos vários líderes nacionais e qual a sua opinião sobre o processo eleitoral e até sobre a sua liberdade individual.

A vitalidade comunitária foca as relações dentro das comunidades, a forma como interagem e se entrelaçam e a satisfação pessoal com todos estes processos.

O domínio da diversidade ecológica mede as preocupações ambientais, quais os temas que mais são alvo de preocupação e a sua opinião sobre qual a qualidade da água.

Os padrões de vida medem quais os rendimentos anuais de cada família e a sua confiança financeira. Tenta-se também conhecer a capacidade que as famílias têm em reparar as suas casas e até em comprar roupa.

3.2. Bem-Estar

3.2.1. Definição

Definir o conceito de Bem-Estar é um exercício bastante complexo, dado o seu carácter pessoal para cada indivíduo. Tanto assim é que até mesmo os próprios teóricos e estudiosos do Bem-Estar alertam para este ponto. No “*International Journal of Wellbeing*”, o artigo “*The challenge of defining wellbeing*” (Dodge *et al*, 2012) incide precisamente neste ponto onde é apresentada a definição de bem-estar de Shin e Johnson (1978), como sendo uma avaliação

individual da sua qualidade de vida, consoante os seus próprios critérios. Vários autores seguiam esta linha de pensamento, enfatizando a capacidade individual de refletir sobre a sua situação.

Os autores deste ensaio consideravam que os seus antecessores se perderam nas dimensões e descrições do bem-estar, afastando-se da sua atual definição. Por isso, avançaram com a sua definição de Bem-Estar “(...) como ponto de balanço entre os recursos individuais e os desafios enfrentados” e “O bem-estar estável é quando os indivíduos têm recursos psicológicos, sociais e físicos que necessitam para enfrentar um particular desafio psicológico e/ou social” (Dodge *et al.*, 2012: 230, tradução livre).

Sarah White em “*But what is wellbeing*” (2008), escreve que o Bem-Estar, mais que uma boa vida, é o viver uma boa vida, existindo a noção do quão importante este ponto é para cada um de nós. Como já anteriormente dito, o Bem-Estar tem a característica especial da subjetividade e White confirma-o, afirmando que o que se entende por Bem-Estar está bastante relacionado com o espaço geográfico e a cultura aí presente.

Assim, Sarah White indica que o Bem-Estar é constituído por três dimensões: subjetividade, material e relacional, funcionando como uma unidade. A dimensão da subjetividade é marcada pelos traços da personalidade, medos, aspirações e esperanças e a confiança própria e na comunidade. O lado material é constituído pelos rendimentos, pela riqueza, pelo emprego, pela educação, pela saúde física, pela qualidade ambiental e pelo acesso a serviços. Ou seja, tudo o que possa melhorar as nossas condições de vida. Relativamente à dimensão relacional, reporta para as nossas relações pessoais e sociais, como as de amor, os grupos de apoio, as relações sociais, políticas e culturais, a violência, o conflito e a insegurança e até mesmo as relações com o Estado e entidades públicas.

São estas as dimensões que se pensa ter uma maior relevância no como entendemos ou avaliamos o Bem-Estar.

É necessário perceber que o Bem-Estar não se resume ao que sentimos numa determinada hora, mas é algo “(...) realizado através do “trabalho” que as pessoas dedicam a ter uma vida com significado” (White, 2008: 9, tradução livre).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), através da Iniciativa Vida Melhor, publicou em 2013 o relatório “*Guidelines on measuring subjective well-being*”. O simples fato de tal relatório ter sido elaborado, é um reconhecimento de que o Bem-Estar tem ganho o seu espaço no campo do Desenvolvimento. Neste relatório podemos encontrar o que a OCDE entendeu por Bem-Estar, existindo aqui a particularidade de a Organização falar em “bem-estar subjetivo”. Assim a OCDE definiu o Bem-Estar subjetivo

como “(...) bons estados mentais, incluindo todos das várias avaliações, positiva e negativa, que as pessoas têm das suas vidas, e as reações afetivas das pessoas às suas experiências” (OCDE, 2013a: 29, tradução livre). A própria organização reconheceu que a sua definição era bastante ampla para poder ser inclusiva. Para isto contribui a visão de Diener onde o Bem-Estar bem-estar subjetivo mede as perceções que as pessoas vão tendo do que vai acontecendo nas suas vidas, bem como a sua saúde física e mental. Esta é a razão por que aqui se fala em Bem-Estar subjetivo, pois cada um tem a sua visão e avaliação dos eventos que vão ocorrendo.

Nic Marks (2007) da “*think-tank*” britânica “*New Economics Foundation*” (NEF) considerava que o Bem-Estar se baseava em dois pontos fundamentais, o sentir-se bem e o funcionar bem. Enquanto o primeiro nos remetia para o sentimento de felicidade e contentamento, o segundo referia-se às relações positivas existentes na nossa vida, à capacidade de atuar e mudar o rumo das coisas e ao sentimento de propósito na vida.

Posto isto, Sarah White (2009) defendeu que vão crescendo alguns pontos que geram mais consenso no campo do bem-estar. Primeiro, foi reconhecido que o Bem-Estar deveria ser analisado através de diferentes domínios, considerando pontos subjetivos e objetivos. É uma exigência de contrabalançar sentimentos e sensações, com posses físicas e rendimentos, por exemplo. De seguida, existia a questão da moralidade. O Bem-Estar está amplamente ligado aos valores que imperam nas comunidades, e mesmo dentro delas, diferentes estratos podem valorizar pontos antagónicos. Mais uma vez, vemos o quão subjetivo o bem-estar poderá ser. Outro ponto consensual é que o Bem-Estar é entendido como um processo que envolve várias interações entre diferentes atores. O ambiente envolvente tem importância extrema, não estando o Bem-Estar somente dependente do indivíduo e da comunidade. No meio em que estamos inseridos é imperativo a existência de infra-estruturas e relações bem assentes, para que exista o ambiente propício para prosperar. Por último, o bem-estar teria que ser uma situação de “*win-win*”, ou seja, as soluções que deveriam ser tomadas não deveriam provocar nenhum revés nem mal-estar a ninguém, devendo trazer benefícios sociais para o maior número de pessoas possível.

Devido à subjeividade do Bem-Estar, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decidiu a estudar como as populações analisam a sua própria condição, estruturou o WHOQOL (World Health Organization Quality of Life) – cujo propósito era medir a qualidade de vida. A avaliação da qualidade de vida tem importância na medida em que a OMS crê que a saúde não deve ser somente analisada consoante a prevalência ou ausência de doenças, mas estimulando o Bem-Estar e a qualidade de vida.

A qualidade de vida seria “(...) a percepção do indivíduo da sua posição na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1997: 1, tradução livre). O indicador da qualidade de vida pretendia incluir várias dimensões da vida humana, tais como a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais e a relação com o seu ambiente. Foram criados dois instrumentos para a sua medição: o WHOQOL-100 e o WHOQOL-BREF. O WHOQOL-100 trata-se de um questionário de cem perguntas, cujo propósito é conhecer a percepção que alguém tem da sua condição nos mais variados contextos. O WHOQOL-BREF pretende ser uma abordagem mais curta e rápida de medir a qualidade de vida, consistindo somente em vinte e seis perguntas. Apesar de curta, esta versão inclui uma avaliação de todos os domínios visados pela OMS como fundamentais à qualidade de vida.

“O bem-estar responsável reconhece obrigações para com outros, ambas as gerações vivas e futuras, e para com a sua qualidade de vida” (Chambers, 2004: 10, tradução livre). Robert Chambers e a *Oxfam Hong Kong* seguiram uma via que torna o Bem-Estar um meio e fim que deve ser alcançado e trabalhado de forma responsável.

Chambers não podia ser mais claro, o Bem-Estar sendo o objetivo principal do Desenvolvimento, não poderia nem deveria ser procurado a todo o custo, devendo ser um processo bastante ponderado. Existia uma responsabilização de toda a sociedade, para que houvesse uma consciencialização de todos os atos da vida humana, dos impactos das ações e de quais os comportamentos e políticas que poderiam potenciar o Bem-Estar em toda a população. O Bem-Estar queria-se equitativo e sustentável, sendo esta a melhor forma de ninguém ser excluído dos planos do Desenvolvimento.

O trabalho da *Oxfam Hong Kong* teve como finalidade principal o alcance de Bem-Estar, sobretudo por parte das populações mais pobres. Este objetivo é trabalhado através da prossecução de quatro dimensões: auto-sustento, auto-estima, autodeterminação e responsabilidade social. A organização faz questão em sublinhar a importância da responsabilidade social, como principal veículo do bem-estar responsável. A responsabilidade social inclui as ações individuais e comunitárias, envolvendo esforços coletivos de opção por estilos de vida sustentáveis e que permitam a harmonia social. É imputado ao cidadão e à sociedade um papel ativo no Bem-Estar, funcionando como agente e regulador das normas de conduta (Oxfam Hong Kong, 2014).

Criada em 2006, pelo Centro de Análise e Pesquisa de Política Social da Universidade de Colombo, o PADHI (Psychosocial Assessment of Development and Humanitarian

Interventions) tem como objetivo melhorar a compreensão do que é o bem-estar local, sofrimento e aflição, de forma a tornar as intervenções humanitárias mais conscientes do que vão encontrar. Este trabalho foi elaborado tendo como base o Sri Lanka, embora seja passível de utilização em quaisquer intervenções que venham a ocorrer, dada a grande necessidade que existe em garantir o bem-estar psicológico das comunidades a que se destinam. Para o PADHI, o bem-estar psicológico gira em torno de cinco grandes domínios: recursos físicos, materiais e intelectuais; participação; ligações sociais; bem-estar físico e psicológico; competência e auto-estima. O Bem-Estar psicológico só pode estar presente quando os indivíduos e comunidades têm a liberdade e capacidade para serem parte ativa nos domínios referidos (PADHI, 2009).

O trabalho do PADHI no Sri Lanka permitiu recolher algumas constatações bastante interessantes. Mesmo estando num país com diversas carências materiais os cidadãos davam bastante importância ao ponto da competência e auto-estima, valorizando o amor e compaixão. Mais, achavam ser bastante importante a capacidade de exercer uma influência positiva na comunidade. Como Sarah White (2009) menciona, no Sri Lanka os cidadãos dão uma grande ênfase ao agir responsabilmente na comunidade, aliado ao contributo para o aumento do bem-estar na mesma. Embora existam outras dimensões igualmente importantes, no Sri Lanka a comunidade tem um grande sentido de responsabilidade para com o aumento do Bem-Estar e pelo cuidado de uns com os outros. O coletivo parece ser um veículo para o Bem-Estar individual.

3.2.2. Como se mede?

OCDE

A OCDE tem a sua metodologia muito bem explicada no trabalho “*How's life? 2013 – Measuring well-being*” (2013b), um estudo efetuado sobre o estado do Bem-Estar em todos os seus países-membros. Neste estudo, a organização explica que o foco da sua medição é avaliar o Bem-Estar no presente e o Bem-Estar do futuro. No presente existem dois grandes pólos de análise, as condições de vida materiais e a qualidade de vida. A primeira categoria incorpora os campos: rendimentos e riqueza, emprego e vencimentos, condições de habitação. Na segunda, temos o estado de saúde, o balanço vida-trabalho, a educação e competências, as ligações sociais, a participação cívica e governança, a qualidade ambiental, a segurança pessoal e o Bem-Estar subjetivo. O Bem-Estar futuro é avaliado sob a luz de quatro

parâmetros: o capital natural, o capital económico, o capital humano e o capital social.

Impõe-se uma breve descrição de cada indicador, de forma a entender a visão da OCDE no seu estudo. Os rendimentos e riqueza pretendem dar a conhecer a capacidade financeira das famílias no presente, tentando também perceber se são capazes de atender a qualquer contratempo que possa ocorrer num futuro próximo. O emprego e vencimentos descrevem a qualidade desse mesmo emprego, reconhecendo a importância que este tem no Bem-Estar de uma pessoa e tendo um emprego dignamente remunerado capacita também a pessoa com outro tipo de recursos. As condições de habitação descrevem a qualidade de habitação das famílias, contribuindo bastante, não só para o bem-estar, mas também para a saúde familiar e relações sociais na comunidade envolvente.

O estado de saúde é outro dos grandes fatores que influenciam bastante o bem-estar pessoal, sendo avaliada a saúde física e mental. A educação permite o desenvolver de competências pessoais que poderão ter um grande impacto na valorização pessoal e também nos rendimentos que uma pessoa poderá alcançar ao longo da sua vida. O indicador do balanço vida-trabalho é o reconhecimento da importância do tempo de lazer e de vivência familiar e social tem na realização pessoal e na própria felicidade de um cidadão. A participação cívica e boa governança são importantes na medida em que o cidadão pode participar nas decisões tomadas na sua comunidade e país, tendo um papel ativo no exercício da sua cidadania. Além do mais, quanto melhor for a governança, mais confiante e satisfeito se sentirá o cidadão com as entidades políticas da sua comunidade, não dando lugar à desconfiança. As relações sociais são preciosas no tempo de lazer e nas relações de camaradagem e amizade, transmitindo uma sensação de bem-estar e segurança podendo ser também uma excelente rede de apoio em caso de necessidade. A qualidade ambiental poderá garantir uma melhor saúde, bem como qualidade de vida, onde os cidadãos têm a possibilidade de realizar as mais variadas tarefas no exterior. Para isto também é importante que exista um ambiente de segurança em espaços exteriores, sem receio de sermos vítimas de um qualquer crime. O Bem-Estar subjetivo tenta saber a opinião das pessoas sobre a sua vida e acerca das suas experiências.

Na perceção do Bem-Estar futuro, o capital económico contabiliza os bens materiais, como prédios, máquinas, infra-estruturas, etc, e capitais financeiros, como depósitos e dinheiro. O capital natureza refere-se a recursos naturais, à diversidade ecológica, fauna e flora. O capital humano analisa os conhecimentos, as capacidades, as competências e até a saúde das pessoas. No capital social, encontramos aspetos que dizem respeito à sociedade em si, como os valores, a confiança e a cooperação entre os membros da sociedade.

Identificados os indicadores mais relevantes para ter uma visão holística da vida dos cidadãos e da sua avaliação, a OCDE utiliza os dados de várias outras instituições de renome de forma a chegar às conclusões apresentadas no relatório “*How's Life*”. A OCDE enumera como as suas fontes oficiais a própria OCDE e as National Accounts, a United Nations Statistics, a National Statistics Offices e a Gallup Organization. Enquanto uns dados vêm de sondagens realizadas, outros vêm das referidas fontes oficiais e dos seus relatórios, mas acima de tudo, 80% dos indicadores são estudados pela própria organização.

New Economics Foundation

A “*think-tank*” lançou o guia “*Measuring Well-being. A guide for practitioners*” (Michaelson, Mahony, Schifferes, 2012) com as práticas que considera ser as mais apropriadas para a avaliação do Bem-Estar, dada a sua complexidade.

Sendo que os dados utilizados para avaliar e medir o Bem-Estar são longos e altamente complexos, devido a sua subjetividade, a organização defende que a melhor maneira de reunir o maior número de dados é a realização de questionários. As perguntas e as respostas poderão ser dadas de forma simples e rápida, facilitando a análise de grandes números de dados. Contudo, sugerem outras formas para recolher esta mesma informação, como entrevistas de pesquisa, grupos de discussão, consulta direta às comunidades e diários de pesquisa escritos pelos próprios alvos de estudo.

Seguindo a metodologia do questionário, a *New Economics Foundation* (NEF) defende a realização de três grupos de questões com diferentes focos, para que estejam todas as áreas analisadas. Num grupo, encontra-se as questões mais focadas na saúde e no bem-estar mental, cuja origem é a *Short Warwick-Edinburgh Mental Well-being Scale*. As perguntas incidem sobre o número de vezes que nos sentimos otimistas com o futuro, agradados com a nossa capacidade em lidar com problemas, relaxados, úteis, com clareza de raciocínio, próximos de outras pessoas e com a capacidade de decisão.

O segundo grupo de questões segue o modelo do Office for National Statistics para o Bem-Estar. Aqui temos que colocar um valor em tais sentimentos referidos no parágrafo anterior, indo a escala de 0 a 10. Devemos dizer o quão satisfeitos está com a vida, o quão feliz e ansiosos nos sentimos no dia anterior e se as coisas que fazemos na vida valem a pena.

A questão de confiança social é uma simples pergunta sobre se a maioria das pessoas é de confiança ou se agimos com prudência em seu redor, indo a escala também de zero a dez.

O Bem-Estar deverá ser complementado com outras informações do grupo em

questão. De forma a ter uma imagem ainda mais detalhada a poder efetuar comparações, dever-se-á saber a idade do grupo demográfico, o sexo, etnia, ocupação e também zona de residência. Assim, podemos verificar se existem níveis diferentes de bem-estar consoante todas estas condições.

A NEF defende a realização destas questões específicas pois acredita que são bastante sucintas e diretas, resultando em questionários breves. Permitem também a comparação temporal e/ou espacial com outras sondagens.

Wellbeing & Poverty Pathways

Sarah White tem realizado vários trabalhos através do projeto *Wellbeing and Poverty Pathways* (2011 - presente), que estuda vários países em desenvolvimento e o estado do Bem-Estar e pobreza. Fortemente influenciado pelo trabalho de alguns dos seus membros no projeto *Wellbeing in Developing Countries Research Group* e no PADHI, o projeto *Wellbeing and Poverty Pathways* (White, 2013) tem estabelecidos sete domínios que considera fundamentais ao bem-estar: saúde mental e física, valores e significados, recursos económicos, agência e participação, ligações sociais, relações próximas, competência e autovalorização.

Este projeto é implementado com a ida dos investigadores ao terreno e aí observarem as comunidades que pretendem estudar, de forma a poder testar e aperfeiçoar o método de avaliação do Bem-Estar local. Os estudos primam pela utilização das perguntas que, de fato, produzirão respostas úteis, isto porque o método principal são as entrevistas para efeitos de sondagem. Estas sondagens cobrem as mais diversas áreas: meios de subsistência, demografia, educação, saúde, incapacidade e acesso a serviços e bem-estar interior.

Enquanto até agora viram-se exemplos de medição com respostas diretas, aqui optam por realizar uma conversa informal, tirando algumas notas com exemplos que as pessoas vão dando. Para além do mais, é efetuado um perfil das comunidades, através de estatísticas feitas localmente, reflexões da própria equipa e das suas reuniões e observação direta. Para evitar mal-entendidos, vão sendo assistidos por locais que vão assegurando a interpretação e compreensão do que é dito e pensado. Há que realçar igualmente que estas equipas têm a preocupação constante em manter os seus dados o mais corretos e coerentes possível, reunindo-se regularmente de forma a testar precisamente isto.

É de notar que, para cada um dos sete domínios, são realizadas várias questões, de forma a perceber o que sentem e pensam as pessoas sobre a sua condição. As respostas são

dadas numa escala de zero a cinco, sendo os interrogados auxiliados com exemplos sempre que não estejam suficientemente esclarecidos.

Enquanto muitas organizações e agências utilizam métodos estandardizados para todas as partes do globo, a *Wellbeing & Poverty Pathways* esforça-se para entender as características de cada local, num claro reconhecimento da diversidade de valores e estilos de vida. Além do mais procuram uma aproximação com os locais, de forma a construírem relações de confiança e obter as respostas mais sinceras.

3.3. *Buen Vivir*

3.3.1. Definição

Expressão originária do povo *quechua*, o *sumak kawsay* representa na íntegra a sua visão e estilo de vida. Embora se pense no *sumak kawsay* quando se fala em *Buen Vivir*, a verdade é que a expressão indígena tem em si uma visão bastante mais profunda que simplesmente o viver bem. Enquanto *sumak* significa plenitude, grandeza, justo, o *kawsay* é a vida que vai acontecendo a todo e qualquer momento. Assim, *sumak kawsay* refere-se a uma vivência justa, em plena comunhão com o ambiente que nos rodeia, respeitando não só a nossa própria comunidade como também a natureza.

O *sumak kawsay* é a plenitude da vida, é o resultado da interação da existência humana e natureza. Ou seja, é o estado de plenitude de toda a comunidade vital. É a construção permanente de todos os processos da vida em que se manifesta: a harmonia, o equilíbrio, interno e externo de toda a comunidade não só humana, mas também natural (Macas, 2011: 2, tradução livre).

Alberto Acosta (2009) faz questão em sublinhar que o *Buen Vivir* em nada se assemelha ao que ele designa de “bem-estar ocidental”. Isto porque o pensamento indígena não visualiza o mundo como subdesenvolvido e desenvolvido, em que quem está em piores condições luta para deixar o seu estado, não existindo tão pouco a noção da falta de bens materiais e acumulação de dinheiro, como a noção de pobreza. Se o mundo não é visto da mesma forma que no Ocidente, não é de estranhar que o que interpretam por boa vida não esteja associado ao mesmo que no Ocidente, ou seja, um nível financeiro que nos permita ter a capacidade de levarmos uma vida sem grandes preocupações e ter capacidade de resposta a algum contratempo que possa acontecer.

Acosta explica que os bens materiais, segundo o *Buen Vivir*, não são os únicos

determinantes a ser procurados. A vida deverá considerar a necessidade de existir conhecimento, valorização social e cultural, agindo sempre da forma mais correta e honesta, com respeito pela natureza e mantendo sempre a consciência de impacto das ações presentes no futuro, lutando para que este seja o melhor possível. Salta à vista que os povos indígenas, muitas vezes tidos como povos menores, possuem uma visão holística do seu estilo de vida, pautando a sua conduta pelo respeito e valorização da mesma, mantendo sempre presente uma ideia de futuro (2009).

Noutra análise sobre o que significa *Buen Vivir*, Thomas Fatheuer (2011) sublinha que o mesmo é pensado para uma vida em sociedade, e não no Bem-Estar individual. É um conceito que demonstra um enorme respeito pela natureza, defendendo que só devemos retirar dela o que realmente necessitamos e não mais que isso. São evitados os excessos, garantindo a harmonia e sustentabilidade do próprio meio ambiente. Fatheuer faz questão em citar o ministro dos negócios estrangeiros boliviano David Céspedes, onde é realçado que o *Buen Vivir* apela a um regresso ao simplesmente ser, ao invés do “querer ser”, mentalidade trazida pelo colonialismo (2011: 19).

O *Buen Vivir* é uma reafirmação da cultura indígena por parte dos países saturados com as imposições de padrões de Desenvolvimento e de promessas vazias. O *Buen Vivir* enaltece a história e cultura locais valorizando as estruturas existentes nas comunidades, mas principalmente, reconhece a singularidade de cada uma delas. Por serem diferentes é que existe a necessidade de imperar o respeito e a procura por uma vivência em comunhão.

3.3.2. Como se mede?

Se nos conceitos anteriores de Felicidade e Bem-Estar, já existem indicadores implementados e fundamentados, no *Buen Vivir* tal não acontece. Por ser um conceito recente, por ainda estar difundido num “pequeno” espaço geográfico, a verdade é que ainda não existe nenhuma base académica, nem científica que se dedique ao como apurar os níveis de *Buen Vivir*.

Xavier Albó (2011), antropólogo com vários estudos realizados na América Latina, num artigo sobre esta temática avança com algumas possíveis ideias sobre o como o *Buen Vivir* poderá vir a ser avaliado. O índice de satisfação das necessidades básicas e o índice de vulnerabilidade são tidos como ótimos pontos de partida para avaliar a capacidade de sobrevivência das populações. Estes índices deverão ser complementados com outros que permitam avaliar mais concretamente o que se entende por *Buen Vivir*. Albó mostra apreço

pelo Índice de Desenvolvimento Humano de Amartya Sen, por ter sido o primeiro indicador focado na avaliação da pessoa humana e na possibilidade que esta tem em potenciar o seu desenvolvimento. Mas também aqui existem limites, não havendo nenhuma avaliação à vivência em comunidade. Assim, são necessários meios de avaliação que meçam a qualidade das relações sociais e a relação com a natureza. Nas relações sociais, Albó pensa serem úteis alguns instrumentos já utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nomeadamente os que incidem sobre a Participação e Estabilidade Política. No que toca à natureza, é feita menção aos direitos da natureza consagrados na Constituição Equatoriana de 2008, sendo também importante recorrer a outros que avaliem o Desenvolvimento Sustentável.

Mesmo com a existência de todos estes índices, o antropólogo considera que o mais importante era que cada comunidade se virasse para si própria, analisar em conjunto quais os valores mais importantes para si e a partir daí tentar encontrar indicadores que facilmente possam ver se estes estão, ou não, a ser cumpridos. Será também importante estabelecer alguma forma de avaliar as relações entre grupos que se distinguem em qualquer aspeto, como o género ou cultura (Albó, 2011: 142).

Existem bastantes indicadores e índices que podem servir como base para avaliar, pelo menos, uma parte de alguns dos pontos fundamentais ao *Buen Vivir*. No entanto, existem várias dimensões que poderão ser difíceis de avaliar, podendo ser também problemática a existência de um índice padrão para todas as comunidades. Como já dito, seria importante que cada comunidade estabelecesse quais os valores e práticas importantes para si, pelo que talvez seja impossível encontrar um medidor universal para todas estas. Já tanto aqui se criticou querer uniformizar todos os comportamentos e valores por parte do Desenvolvimento, que talvez o melhor seja mesmo a criação de uma avaliação da qualidade de *Buen Vivir* para cada comunidade. Assim se evita cair no mesmo erro de sempre.

3.3.3. A Resposta Sul-Americana

Após uma análise às origens e ao conceito de *Buen Vivir*, importa ver o porquê de tal ascendência do *Buen Vivir* nos meios académicos, sendo visto como uma alternativa válida ao progresso e crescimento económico.

Já anteriormente se viu que os moldes do desenvolvimento têm sido fortemente contestados, sendo que muitas dessas críticas vêm acompanhadas de novas teorias e práticas que se pensa serem mais justas e sustentáveis. A intromissão estrangeira na América Latina

começou com a colonização, realizada sob a égide de salvar os seus povos através da cristianização e aproximar os seus valores e estilos de vida aos europeus. A intromissão foi permanecendo, sendo alvo de vários projetos de desenvolvimento e tendo recorrido a diversos programas de ajuda económica, alguns dos quais com resultados verdadeiramente catastróficos. O que é fato é que nunca foram alcançados os objetivos propostos, sendo notório que todas estas falsas promessas levaram a um descontentamento e desilusão de todas as partes interessadas, principalmente quando o seu estilo de vida é alterado.

Com tal cenário, vários autores sul-americanos, como Eduardo Gudynas e Alberto Acosta, olham para o *Buen Vivir* como uma verdadeira alternativa ao Desenvolvimento como aqui o entendemos. Não só porque é uma ideologia que visa diferentes fins e utiliza diferentes meios, mas principalmente por ser um conceito originário do próprio subcontinente, intrinsecamente ligado às origens étnicas e culturais destas populações.

Embora anteriormente já se tenha focado as críticas ao Desenvolvimento e até mesmo as críticas vindas do sul do continente americano, continua a ser importante apresentar as razões do porquê ser neste espaço geográfico que se defende o *Buen Vivir* como contraproposta.

As transformações políticas foram, sem dúvida, um dos principais motores de mudança. A ascensão ao poder de vários partidos de esquerda levantou o tom das críticas à ingerência externa nos seus países, impondo as suas vontades sem que os países latino-americanos daí retirassem realmente alguns dividendos. Não raras vezes, esta ingerência era feita contra a vontade das populações, como se também tentava impor práticas e valores alheios à cultura local.

Gudynas e Acosta (2011) referem que estes governos reforçaram o seu papel no combate à pobreza e na aproximação às populações, talvez para demonstrar que estavam a trabalhar em seu nome e para si, não estando subjugados ao jugo estrangeiro. Os povos indígenas reclamaram ter uma voz ativa, questionando os moldes de Desenvolvimento que tanto os tinham discriminado e desvalorizado o seu saber. A degradação ambiental é outra das causas para a crescente contestação. Embora as ações de todos os países tenham um forte impacto na qualidade ambiental, quem mais sofre com tal mal são mesmo as populações que vivem em condições mais precárias, sendo, muitas vezes, estes povos étnicos minoritários. Alerta-se para os perigos do nivelamento do consumo para os níveis dos países mais ricos, como já anteriormente analisado, defendendo o seu abandono e procurando alternativas mais viáveis e sustentáveis (Gudynas e Acosta, 2011).

Todas estas questões motivaram os povos latino-americanos a avançar com as suas

próprias ideias, pegando em ideologias e valores que lhes são mais queridos. É um querer construir e seguir o seu próprio caminho, apoiado no saber e valores da sua cultura, tentando encontrar um balanço harmonioso de diferentes culturas e da sua relação com o meio ambiente.

“Em vez de continuar a dissolver as pessoas e culturas, a integrar todos os homens e mulheres na terra num projeto universal e uniforme, a exploração de formas de coexistência harmoniosas do diferente devia ser a prioridade” (Esteve, Babones e Babcicky, 2013: 68, tradução livre). É precisamente sobre este ponto que a América Latina parece estar focada, na promoção de alternativas mais equitativas e harmoniosas, integrando todas as culturas ao mesmo tempo que se celebra e respeita a diversidade.

3.3.4. *Buen Vivir* nas Constituições Boliviana e Equatoriana

É errado pensar que esta importância dada ao *Buen Vivir* acontece maioritariamente no meio académico, muito pelo contrário. Os próprios governos nacionais já estão conscientes que existem outros rumos que se podem seguir, como forma de satisfazer as necessidades dos cidadãos, promovendo e garantindo o respeito das suas culturas. Esta situação é mais evidente na Bolívia e Equador, países que fizeram questão em incorporar o *Buen Vivir* nas constituições nacionais.

Thomas Fatheuer (2011) avança com algumas razões sobre o porquê de tal ocorrência precisamente nestes dois países. A primeira razão prende-se com o fato de ambos os países, a par com a Venezuela, formarem o bloco de países sul-americanos cujos discursos e posições podem ser apelidados como mais radicais. Os seus líderes não se inibem em criticar o sistema internacional e as políticas que aqui imperam. Depois, há que notar o peso da comunidade indígena nestes países, representando cinquenta e cinco por cento da população na Bolívia e trinta e cinco por cento no Equador. É de realçar que, na Bolívia, o próprio presidente, Evo Morales, é nativo do povo Aymara, sendo o primeiro presidente indígena do país. Se em vários países os indígenas estão em clara minoria e ostracizados dos poderes decisórios, aqui tal não acontece, representando uma fatia considerável da população. A isto, junta-se a vontade expressa em avançar para a tradição indígena, o mesmo é dizer, há uma intenção em abandonar o estilo de vida ocidental.

Incorporado na Constituição do Equador (República do Equador, 2008), o *Buen Vivir* tem um destaque considerável, existindo um capítulo totalmente dedicado aos direitos de *Buen Vivir*, incluindo: o direito à água e alimentação; ambiente; comunicação; cultura e

ciência; educação; habitação; saúde; trabalho e segurança social. São vários e de diferentes naturezas, num claro reconhecimento que todas as dimensões são importantes no *Buen Vivir*. Como tão bem notam Gudynas e Acosta, a Constituição sublinha que todos os direitos presentes têm o mesmo valor hierárquico, tornando os direitos de *Buen Vivir* tão importantes como os direitos humanos fundamentais. Outro ponto bastante interessante desta Constituição é a indicação clara, no artigo 275, que o regime de desenvolvimento serve para garantir precisamente o *Buen Vivir*.

O *Buen Vivir* passou a ser integrado na Constituição Boliviana em 2009. Embora não seja feita uma menção clara ao *sumak kawsay*, o artigo oito é especialmente dedicado à importância deste no país.

O Estado assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não sejas ocioso, não sejas mentiroso, não sejas ladrão), suma qamaña (viver bem), ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (boa vida), ivi maraei (terra sem mal) e qhapaj ñan (caminho ou vida nobre). (Estado Plurinacional da Bolívia, 2009, tradução livre).

A Constituição prossegue afirmando os valores da harmonia, dignidade, liberdade, inclusão, solidariedade, equidade social, bem-estar comum e garantindo que o Estado servirá como distribuidor de produtos e bens sociais que possibilitem o viver bem. Existe um constante mencionar ao viver bem e à prossecução de medidas que visem o seu alcance.

É certo que ainda só dois países sul-americanos parecem ter adotado de forma mais séria o *Buen Vivir*, mas vão surgindo vários sinais que todo o subcontinente vai olhando para o conceito como uma alternativa verdadeiramente viável ao Desenvolvimento tradicional.

Alberto Acosta tem uma frase bastante curiosa sobre esta temática, “(...) *Buen Vivir* para todos, não 'dolce vita' para poucos.” (2011: 193, tradução livre). Esta curta frase carrega em si um significado muito mais sério do que aparenta. Acosta reconhece os avanços económicos alcançados pelos trâmites do Desenvolvimento, tendo retirado da pobreza partes significativas da população mundial, bem como das descobertas científicas e tecnológicas que beneficiaram imensamente a vida moderna. Mas estes avanços todos não impedem que grande parte da população mundial vivam em condições muito precárias, dado que o grande poder económico fica todo concentrado num número reduzido de pessoas. Para o *Buen Vivir* é imperativo que haja uma redistribuição equitativa a toda a população mundial, para que todos tenham acesso a bens e serviços que permitam uma existência pacífica. Para o autor, o *Buen Vivir* representa uma verdadeira oportunidade de abandono desta mentalidade de Desenvolvimento e avançar para uma nova realidade, mais rica em conteúdo. Aliado ao *Buen*

Vivir, vem a construção de uma economia solidária, em que as relações económicas garantem a não sobreexploração de nenhum dos fatores de produção, protegendo todos os intervenientes.

É importante alertar para o fato que esta mudança para o *Buen Vivir* não deverá ocorrer somente ao nível de mentalidades. Como bem denota Acosta, deverão ser criados novos indicadores, conceitos e ferramentas de forma a traduzir esta mudança. Se as regras, padrões e estruturas atuais estão desajustadas, é natural que haja esta necessidade em alterar todos estes pontos.

Fernando Huanacuni (2010) estabelece uma dicotomia entre o paradigma ocidental e o paradigma indígena. A sua opinião sobre o paradigma ocidental é bastante negativa, dizendo que aqui existem duas ideias que estão a degradar a sociedade e as relações: o individualismo extremo e coletivo extremo. O paradigma ocidental é descrito como extremamente egoísta, achando-se o ser humano o mais importante de todos os seres e que só a sua verdade é a mais acertada. Isto leva-o a ter comportamentos desrespeitosos para com outros seres e até mesmo o meio ambiente e a não tolerar culturas diferentes à sua. Junte-se a isto a acusação de machismo, subjugando a mulher para um papel secundário e acessório. A forma como é efetuado o desenvolvimento e progresso são também alvo da sua crítica. Já como tanta vez aqui referido, são realçados os efeitos ecológicos que as relações económicas têm causado no Planeta e a necessidade que há em alterá-los. Mas também as próprias organizações internacionais, muitas das quais responsáveis por projetos de desenvolvimento, são criticadas, pois condicionam a entrada de comunidades indígenas no seu jogo de comércio internacional, tendo estas que se ajustar a realidades a que não estão habituadas. Isto poderá levar a um alheamento destas comunidades, sendo obrigadas pelo sistema internacional a abandonar a sua forma de vida, ao mesmo tempo que não se sentem completamente integradas nesta nova realidade. Não só estas comunidades ficam desfasadas da sua realidade, como são vítimas de exploração laboral e até mesmo dos seus recursos naturais.

Huanacuni vê no Desenvolvimento um impedimento do *Buen Vivir*, considerando que o primeiro leva a um abandono dos valores e tradições das comunidades indígenas (2010).

No paradigma indígena tem uma importância extrema o comunitarismo, sendo toda a vivência concebida para a vivência em comunidade, esforçando-se para a manutenção de paz e boa vivência, de forma a que individualmente também se alcance o equilíbrio e confiança. Não se espera que o indivíduo perca todos os seus traços de personalidade e se apague na vida em comunidade, muito pelo contrário. A comunidade serve como um meio potenciador das capacidades individuais. Estando cientes da unidade e ligação de todas as coisas, as

comunidades indígenas promovem a procura de soluções holísticas. Embora os povos indígenas vivam, regra geral, em condições precárias e tenham origens humildes, são bastante esclarecidos sobre o como as suas ações têm consequências nos mais variados campos, sabendo que mais tarde ou mais cedo, terão que lidar com isso (Huanacuni, 2010). Em contrapartida, o Ocidente parece ter-se esquecido de tais fatos, querendo viver numa bolha, mais preocupados com o nosso próprio bem-estar individual.

3.3.5. Economia de Reciprocidade

Freddy Álvarez González faz uma exposição bastante interessante, no ensaio “*El Buen Vivir un paradigma anticapitalista*” de 2011, relacionando o *Buen Vivir* como uma economia de reciprocidade, assente em várias práticas existentes na comunidade *quechua*. González (2011) sublinha a natureza holística do *Buen Vivir*, onde o que é importante são as boas condições de vida, boas relações com os outros, consigo mesmo e com a natureza. Embora estes campos possam ser altamente complexos, o autor acredita que o *Buen Vivir* requer poucas coisas e todas elas são relativamente fáceis de alcançar. Não obstante tal ideia, a economia continua a ter um papel numa sociedade liderada pelo *Buen Vivir*, sendo que aqui o princípio que a sustenta é a reciprocidade. Uma economia recíproca pressupõe que todos têm algo para dar e que isto faz falta a muita gente, existindo um verdadeiro intercâmbio. “A reciprocidade é dar na medida em que queremos receber e receber na mesma que nós podemos dar” (2011: 29, tradução livre). São dados cinco exemplos de tradições quechua, para exemplificar como estes promovem e organizam a sua comunidade.

A primeira tradição quechua é a *ayni*, onde cada membro recebe ajudas laborais nas áreas que necessitar, ficando depois obrigado a retribuir tal ajuda. Esta entreajuda gera um forte sentimento de carinho e respeito pela comunidade envolvente, fortalecendo também os laços comunitários. Outro exemplo vem do *makipurarina* – dar a mão – compreendendo que todos passamos por momentos difíceis, onde a comunidade se encarrega de prestar auxílio, garantindo que ninguém fica para trás. O *makitakushunchik* é a ajuda prestada aos donos de terras, na preparação dos terrenos e cultivos por parte daqueles que não as possuem, sendo que depois o dono partilha a sua produção não só com quem o ajudou, mas também quem não participou no processo. A *yanaparina* consiste em ajudar quem necessita, sem esperar nada em troca. A *minka* é o ato em que toda a comunidade se une e trabalha em conjunto para construir algo para o bem comum.

Estas tradições são excelentes exemplos do como é concebida a vida em comunidade.

Existe uma consciencialização generalizada do quão importante é garantir que todos satisfazem as suas necessidades básicas e vivem condignamente. Assim se percebe que González afirme que, no *Buen Vivir*, tudo o que necessitamos esteja ao nosso alcance, dado o contributo da comunidade para garantir isto.

Não se renega completamente o campo económico, mas exige-se uma transformação do mesmo tomando contornos de economia solidária. Todos os dividendos advêm de uma ampla rede de relações recíprocas, onde cada um dá o que tem e recebe o que lhe faz falta, nada mais que isso. Ninguém deverá sair prejudicado ou explorado desta relação, nem ninguém sairá com alguma posição de poder perante os restantes.

3.3.6. Epistemologias do Sul

Embora possa parecer desenquadrado, será interessante fazer uma breve análise às reflexões de Boaventura de Sousa Santos, pois não sendo feita uma menção direta ao conceito de *Buen Vivir*, as epistemologias do Sul vão ao encontro da mesma linha de pensamento, nomeadamente à valorização das comunidades étnicas dos países em desenvolvimento.

O sociólogo e filósofo Boaventura de Sousa Santos tem dedicado muito do seu trabalho ao estudo do paradigma que impera na sociedade atual e a forma como esta oprime as sociedades dos países do Sul. Para tal, lançou o projeto Alice para que seja uma plataforma de discussão e reflexão sobre o como poderemos mudar o estado atual e avançar para uma nova realidade. O sociólogo acredita que existem conhecimentos e práticas que poderão beneficiar imensamente as relações internacionais, presentemente dominadas pela ideologia Ocidental.

“O fascismo epistemológico existe sob a forma de epistemicídio cuja versão mais evidente foi a conversão forçada e a supressão dos conhecimentos não ocidentais levadas a cabo pelo colonialismo europeu e que continuam hoje sob formas nem sempre mais subtis” (Santos e Meneses, 2009: 468). Tem sido uma constante de críticas feitas à colonização, ficando aqui mais uma, sendo que esta citação poderá ser extrapolada para o Desenvolvimento. Santos denuncia estes abusos que põem fim à identidade dos países do Sul, quando existe aqui tanto conhecimento que deveria ser aproveitado pelo Ocidente. É proposto então que se modifique o paradigma, transitando para uma ideia designada de epistemologia do Sul, que são todas as epistemologias que resistiram às imposições Ocidentais e mantiveram os saberes e entidades dos espaços geográficos mais frágeis perfeitamente intatos. As

epistemologias do Sul não só denunciam todos os abusos sofridos durante séculos, funcionando também como pólos de divulgação de ideais e práticas alternativas que podem servir como base para a alteração do paradigma vigente. Ao capitalismo atual, a epistemologia do sul valoriza a economia social, cooperativa, comunitária e popular, estabelecendo relações mais fortes e com garantias de justiça e equidade. Santos chama a isto a desmercantilização. A isto junta-se a democratização, aqui assumindo a forma de tornar possível o aparecimento de novas formas de democracia, “(...) procurar novas articulações entre a democracia representativa, democracia participativa e democracia comunitária (...)” (Santos, 2010: 130, tradução livre). Este novo paradigma permitirá também descolonizar, ou seja, denunciar e acabar com todas as formas de racismo, quando etnias e comunidades são vistas como menores ou mais “atrasadas” na forma como decidem viver. Isto porque existem inúmeros instrumentos que fomentam sistematicamente tais ideias, como as escolas, universidades, noticiários, as próprias relações sociais, instituições públicas, entre tantos outros.

São as epistemologias do Sul que permitem a construção de uma vida moderna justa e unida, estando ciente de todas as diferenças que existem entre sociedades, mas reconhecendo que o saber de todas elas poderá ter um papel fundamental no alcance do bem-estar comum.

Foi assente nestas ideias que o Alice cresceu, dando voz àqueles que vivem em realidades distintas, para assim apresentarem novas visões a problemas, muitas vezes, semelhantes. Desta forma potencia-se e dá-se a conhecer como é a vida em espaços geográficos que não têm o foco da atenção ocidental, a não ser para falar em como vivem em condições precárias.

3.4. Conclusão

Ao definir cada um destes três conceitos – Felicidade, Bem-Estar e *Buen Vivir* – podemos verificar que são altamente complexos e estão bastante dependentes das ideologias das comunidades em estudo, não existindo uma definição universal para cada um destes. Até mesmo dentro de cada comunidade podem existir discrepâncias, dada a subjetividade individual. Este é precisamente um dos pontos que parece transversal a todos estes conceitos, a subjetividade. Cabe a cada um de nós e a cada comunidade, estabelecer quais os objetivos a conquistar na vida e a forma como os alcançar.

A Felicidade, Bem-Estar e *Buen Vivir* vieram reforçar a importância de dimensões até agora descuradas pelo Desenvolvimento. As relações sociais, a segurança, a confiança própria,

o tempo de lazer, por exemplo, são tidas como elementares à realização pessoal, em detrimento da economia e bens materiais.

Estes conceitos têm em comum o colocar a riqueza e rendimento para um patamar que, embora não seja inferior, não é o principal meio e objetivo da vida. É importante ganhar e ter o capital necessário para viver uma vida condigna e responder aos problemas e desafios, mas a vida não se pode basear apenas nisto. Ganham especial importância os laços comunitários, a proteção ambiental e a simbiose de tudo isto. A questão reside precisamente no papel destes conceitos no campo de estudos do Desenvolvimento pois, embora sejam ideias que podem ser integradas no discurso do mesmo, sendo ótimos veículos para o reinventar ajudando-o a ganhar credibilidade junto das comunidades a que se destina, a verdade é que a génese destes termos está precisamente no descontentamento para com a forma como o Desenvolvimento atua. Pode-se mesmo afirmar que o aparecimento destes conceitos veio provocar o conceito de Desenvolvimento, avançando com práticas alternativas e demonstrando a capacidade que outras culturas, que não ocidentais, em formar comunidades com fortes laços de cooperação e com o sentimento de se autorrealizarem sem ajudas externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenvolvimento é um conceito com uma história já secular, nascido do período da Industrialização e Modernização, pilares da evolução de um país. O fim da Segunda Guerra Mundial veio dar-lhe uma nova vida dada a necessidade de reconstruir as infraestruturas e economias dos países europeus e de apoiar os novos países, pontos considerados fundamentais para a estabilidade e bem-estar de uma sociedade.

Reposta a normalidade na Europa, foi tempo de as atenções se virarem para os países do Sul, um conjunto de países com fracos índices económicos, carentes de modernidade e com populações a viverem em condições mínimas. Estas foram as preocupações iniciais do Desenvolvimento, enviar ajudas monetárias e tentar replicar as estruturas e relações existentes nas culturas cidentais, um exemplo com resultados comprovados. Foi esta sobrançeria e subvalorização das comunidades locais que iniciou todo um leque de críticas e apelos à necessidade de mudança, levando ao aparecimento de novos conceitos de Desenvolvimento que pretendiam corrigir tais abusos e carências.

As críticas tomaram as mais variadas naturezas. Uma alertavam para as consequências ambientais e defendiam um Desenvolvimento Sustentável, devendo o exemplo partir dos países ricos, existindo também quem sublinhasse que o foco do Desenvolvimento dever-se-ia centrar no Homem e nas suas reais necessidades, mas de todas elas, emergem duas visões altamente corrosivas para com a abordagem Desenvolvimentista: as correntes do Pós-Desenvolvimento e do Decrescimento.

Os autores do Pós-Desenvolvimento defendem que a cultura ocidental não é um fim que todos desejam nem devam alcançar. Segundo os mesmos, este processo leva, eventualmente, à perda de identidade e diversidade local, uniformizando todos os cidadãos do mundo. É legítimo pensar que quem vive em condições precárias queira sair desta condição, mas não há certezas que o que queiram é abraçar o estilo de vida existente nos países ricos. Já o Decrescimento defende que o consumismo e a facilidade em descartar produtos colocam o meio ambiente numa sobrecarga insustentável. Por isso, não são só os países em desenvolvimento que devem adotar novos comportamentos. Mesmo as sociedades mais ricas devem refletir sobre o seu sistema de valores. Ambas as correntes subscrevem o abandono desta mentalidade da procura do Desenvolvimento a todo o custo, acreditando que a sociedade moderna terá muito mais a ganhar se olhar para os bons exemplos existentes nas comunidades designadas de subdesenvolvidas que embora tenham carências a vários níveis,

também têm muito para dar ao mundo, nomeadamente o reconhecimento ao prazer que retiram das mais pequenas coisas, da sua capacidade relacional em comunidade e com o ambiente e até mesmo dos laços de cooperação que criam. Estas duas ideias defendem o abandono da oposição desenvolvido/subdesenvolvido, que moldou de forma depreciativa a visão destes povos.

É no seguimento destas ideias que ganham valor os novos conceitos de Felicidade, Bem-Estar e *Buen Vivir*. O conceito de Felicidade é, de todos, o que se encontra mais difundido e com mais estudos e ensaios realizados, sendo alvo de atenção de várias áreas científicas, contudo não deixa de ser curioso que o conceito de Felicidade Interna Bruta surja numa área geográfica com carências económicas tido como estando em desenvolvimento. O mesmo se aplica ao conceito de *Buen Vivir*, com bases nas filosofias das comunidades indígenas da América do Sul. Ou seja, constata-se assim que dois conceitos que visam melhorar as condições de vida das populações locais, nascem no seio de comunidades que são a parte interessada de vários projetos de Desenvolvimento e de ajuda externa.

Isto pode ser demonstrativo de que estas sociedades desejam melhorar a sua qualidade de vida dado que um maior poder económico permite, não só satisfazer as necessidades básicas fundamentais, mas também garantir um certo conforto e estabilidade emocional, contudo não olham para este desejo como algo que deve ser alcançado a todo o custo, sendo bastante mais ponderados no caminho a seguir. Não existe uma aceitação pacífica do que é o Desenvolvimento e que políticas o potenciam havendo mesmo uma certa desconfiança dado ser uma imposição de organizações estrangeiras que têm a sua própria agenda. A substituição de estruturas tradicionais, a imposição de normas e valores externos e a mudança de relações sociais no seio das comunidades levaram a um vazio de identidade e sentimento de pertença que despertam hostilidade e desconfiança. Conscientes de todo este turbilhão de vontades e interesses, estas comunidades decidiram que o seu Desenvolvimento será atingido consoante as suas próprias regras e seguindo os seus interesses. Enquanto muito do Desenvolvimento passa pela modernização das estruturas e relações económicas e pelo cumprimento de metas de crescimento económico, a Felicidade, o Bem-Estar e o *Buen Vivir* procuram formas menos intrusivas de melhorar a qualidade de vida. São uma resposta interna aos seus problemas, revestidas das filosofias e tradições locais.

Outro ponto bastante curioso é constatar que, embora sejam tidas como comunidades mais modestas em conhecimento científico e tecnológico, são elas quem produzem as ideias e vivências e que se demonstram mais inclusivas, equitativas e respeitadoras para com o meio ambiente. A extrema dependência das condições meteorológicas, dos recursos naturais e até

mesmo da fauna constroem um entendimento do quão importante é a estabilidade da natureza e a sua preservação. A sustentabilidade ambiental prende-se ao fato de a Mãe Natureza funcionar realmente como uma mãe, servindo como fonte de alimento e fornecendo materiais que melhoram a qualidade de vida. Sabendo tudo isto, percebe-se a sua sensibilidade para com a preservação ambiental.

Os três conceitos aqui apresentados valorizam imensamente os valores e práticas que o Desenvolvimento desvaloriza. Embora seja dada atenção ao rendimento das famílias, nas comunidades acima referidas existe um entendimento do quão importante são outras dimensões como a vida em sociedade e o acesso a bens e serviços. As diferenças não se resumem só às dimensões avaliadas, mas também à forma como esta avaliação é efetuada. A população é consultada para avaliar a satisfação com a sua própria vida, classificando diferentes dimensões numa escala. Em vez de serem tiradas conclusões sobre a vida das populações através de indicadores económicos, são os cidadãos a indicarem quais as áreas em que se sentem satisfeitos e quais as que devem ser trabalhadas. Nem sempre uma melhoria do desempenho económico do país se traduz numa melhoria da qualidade de vida da população e é precisamente aqui em que se focam estes novos conceitos. Não subestimando a capacidade que o rendimento tem na qualidade de vida, estes conceitos valorizam campos que são constantemente negligenciados, como o tempo de lazer, a realização de *hobbies*, a vivência e confiança na comunidade e até mesmo a identificação com os valores e normas sociais, entre tantos outros. Nunca vemos governantes e políticas que se foquem nestas questões, presumindo-se que a economia tratará de satisfazer todas estas necessidades quando, na verdade, estas são igualmente importantes para a manutenção de paz e equilíbrio na sociedade.

As críticas efetuadas ao Desenvolvimento tinham razão de ser, especialmente quando focavam o quão errado era “exportar” o estilo de vida ocidental para as regiões menos desenvolvidas. Acabar com saberes e tradições para impor a vontade externa nunca poderia ser o caminho certo e em boa hora foram tomados os esforços necessários para alterar este Desenvolvimento tão agressivo e impositor.

O aparecimento de novos olhares para o Desenvolvimento, como o Desenvolvimento Comunitário, o Desenvolvimento Sustentável e o Desenvolvimento Humano, entre outros, mesmo tendo aprofundado e reconhecido a complexidade do que é realmente o Desenvolvimento, mantém-se um certo sentimento de desconfiança nos países em desenvolvimento. Assim, não é de estranhar que tenham surgido várias vozes dissonantes, adotando um discurso do quão necessário é abandonar a ideia de Desenvolvimento. Até

mesmo nos países desenvolvidos vão aparecendo polos que vão alertando para a necessidade de mudar o paradigma da sociedade moderna e adotar novas práticas. Um pouco por todo o lado crescem organizações com novas abordagens, tentando melhorar os níveis de vida, sem ter uma visão económica das relações. As próprias organizações internacionais têm vindo a ganhar consciência das novas abordagens e da legitimidade das mesmas, elaborando programas focados precisamente nisto. É um reconhecimento generalizado de que existem outras formas de viver uma vida digna, estabelecendo um balanço entre o tradicional e o moderno.

Todos os fracassos, todos os resultados não alcançados, todas as ingerências na vida das comunidades, deram uma péssima imagem do Desenvolvimento e até mesmo das várias organizações que trabalham em nome dele. Aceita-se que nem todos os projetos estejam desprovidos de segundas intenções ou que sejam simples atos de boa vontade, mas também não se deve adotar uma visão tão pessimista. É altamente criticável a falta de resultados de vários projetos e programas das mais altas instâncias internacionais bem como a forma que estes programas são implementados, faltando-lhes uma sensibilidade e proximidade com as comunidades em questão. No entanto, é imperativo ajudar famílias que vivem em condições desumanas, garantindo-lhes a possibilidade de alcançar o seu potencial. Considerando que muitos olham para o Desenvolvimento como uma neocolonização, será necessária uma união de esforços para refletir sobre o mesmo. Os conceitos aqui apresentados têm a pretensão de unir as comunidades e de ouvir a sua opinião sobre as suas próprias condições de vida. De certa forma, vieram colmatar algumas das ineficiências do Desenvolvimento, adicionando-lhe o contributo local. O ponto forte de todos eles é focarem-se nas pessoas e em todas as dimensões das suas vidas, fazendo questão de ouvi-las e avaliar as suas opiniões. É de esperar que estes conceitos e projetos cresçam e ganhem uma importância significativa, tendo como aliados os meios académicos dos países em desenvolvimento que tanto reclamam por um paradigma de Pós-Desenvolvimento.

Não só se espera que nasçam projetos inspirados nestes três conceitos, mas que surjam muitos outros, sublinhando a complexidade das necessidades do ser humano e da sua insatisfação. Aliás, já existem vários conceitos que representam uma resposta às limitações do conceito tradicional do Desenvolvimento como o Florescimento Humano, a *Freeconomy*, o *Slow Movement*, entre outros, e que se concentram numa simplificação da vida, demonstrando que a acumulação de riqueza não é tudo para ter uma boa vida. Será interessante que no futuro se avalie qual o seu impacto e como se têm traduzido em casos práticos.

Esta dissertação foi realizada na tentativa de descobrir qual o papel destes três

conceitos no campo académico do Desenvolvimento e a verdade é que é difícil chegar a uma conclusão. Tal como foi dito, os vários projetos intrusivos e décadas de discursos condescendentes para com os países do Sul, geraram uma enorme revolta e um sentimento de renegação do Desenvolvimento. Será necessário um trabalho árduo e sincero para a sua legitimização, para que este volte a ser visto como uma via legítima para a melhoria da qualidade de vida, contudo o Desenvolvimento terá que renegar as suas origens economicistas, por estarem obsoletas, e adaptar-se às necessidades atuais das comunidades, que são altamente complexas reconhecendo que não pode existir uma uniformização do que é a qualidade de vida.

A solução não passa por uma só via, mas por uma multiplicidade de caminhos, construídos por cada comunidade. É importante não esquecer que o que realmente interessa é ouvir cada comunidade, reconhecendo as suas prioridades e capacidades para dar resposta aos seus problemas. Mas o Desenvolvimento não deve ser somente repensado para áreas geográficas em desenvolvimento, devendo também ser repensado nos países ricos, principalmente sob os desígnios da Felicidade, Bem-Estar e *Buen Vivir*. Estes três conceitos devem ser potenciados e alvo de políticas atuantes, para que se alterem as relações aí existentes.

Embora à partida não tenham sido projetadas quaisquer dificuldades na realização da dissertação, a verdade é que existiram algumas. O trabalho de François Perroux revelou-se difícil de encontrar, não sendo de fácil acesso as análises aos pensamentos do economista francês. Além do mais, muita da bibliografia aqui apresentada é inexistente nas bibliotecas portuguesas, sendo também escassa a produção de conhecimento de autores portugueses nos campos da Felicidade, Bem-Estar e *Buen Vivir*. Teria sido interessante transpor estes conceitos para a realidade portuguesa, na tentativa de perceber como estão a Felicidade e Bem-Estar dos portugueses e se há preocupações políticas e sociais para com estas questões. Mais, era curioso perceber como poderíamos pegar nestes tópicos e implementá-los na sociedade portuguesa tentando, por meios não económicos, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Outra das dificuldades incidiu, precisamente, na vasta bibliografia citada, que seria impossível de não focar dada a sua importância no tema, o que obrigou a fazer escolhas sobre quais os assuntos e os tópicos a abordar, tentando sempre dar alguns exemplos de trabalhos com atuações práticas.

Embora tenha sido uma dissertação teórica, houve cuidado em dar exemplos práticos dos novos conceitos abordados, para dissipar quaisquer dúvidas sobre tal possibilidade. É um fato comprovado que estes novos conceitos têm medidas práticas que fomentam a Felicidade

e Bem-Estar, respeitando o espaço individual e comunitário e a própria natureza. Existem inúmeras tradições comunitárias que promovem a segurança e cuidado individual dos seus elementos, pondo de parte quaisquer dúvidas existentes sobre a aplicabilidade do que aqui foi apresentado. O futuro passa, assim, por reconhecer e valorizar a diversidade em detrimento de uniformizar o processo.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

Acosta, Alberto (2009), El Buen Vivir, una oportunidad por construir (Online), *América Latina em Movimiento web site*.

Disponível em: <http://alainet.org/active/29019&lang=es>;

Acosta, Alberto (2011), "Sólo imaginando otros mundos, se cambiará éste. Reflexiones sobre el Buen Vivir" em Ivone H. Farah e Luciano Vasapollo (orgs.), *Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?*, La paz, Plural editores;

Albó, Xavier (2011), "Suma qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo?" em Ivone H. Farah e Luciano Vasapollo (orgs.), *Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?*, La paz, Plural editores;

Amaro, Rogério Roque (2004), "Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - da Teoria à prática e da prática à teoria", *Cadernos de Estudos Africanos*, 4 pp. 35-70;

Anon (2014), John Locke (Online), *The Pursuit of Happiness web site*.

Disponível em: <http://www.pursuit-of-happiness.org/history-of-happiness/john-locke/>;

Arndt, H. W. (1987), *Economic Development - The History of an Idea*, Chicago, University of Chicago;

Asscher, Sue e David Widger (2012), The Republic (Online), *The Project Gutenberg web site*.

Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/1497/1497-h/1497-h.htm>;

Bartolini, Stefano (2007) "Why are people so unhappy? Why do they strive so hard for money? Competing explanations of the broken promises of economic growth", em Luigino Bruni e Pier Luigi Porta (orgs.), *Handbook on the Economics of Happiness*, Cheltenham, Massachusetts, Edward Elgar Publishing;

Bentham, Jeremy (1781), *An Introduction to the Principles of Moral and Legislation*, Ontario, Batoche Books;

Bruni, Luigino (2007), "The 'technology of happiness' and the tradition of economic science" em Pier Luigi Porta (orgs.), *Handbook on the Economics of Happiness*, Cheltenham, Massachusetts, Edward Elgar Publishing;

Centre for Bhutan Studies & GNH Research (2014), Nine Domains (Online), *Gross National Happiness web site*.

Disponível em: <http://www.grossnationalhappiness.com/nine-domains/>;

Chambers, Robert (2004), "Ideas for development: reflecting forwards", *Institute of Development Studies* (Online), Working Paper 238.

Disponível em:

http://courses.washington.edu/pbaf531/chambers_reflecting_forwards.pdf;

Chang, Ha-Joon (2002), "Kicking Away the Ladder: How the Economic and Intellectual Histories of Capitalism Have Been Re-Written to Justify Neo-Liberal Capitalism", *Post-Autistic Economics Review*, (Online), 15 (3).

Disponível em: <http://www.paecon.net/PAERReview/issue15/Chang15.htm>;

CMMAD (1987), Our Common Future (Online), *UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements web site*.

Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>;

Dodge, R. *et al* (2012), "The challenge of defining wellbeing", *International Journal of Wellbeing*, II (3), pp.222-235;

Dutt, Amitava Krishna e Jaime Ros (2008), *International Handbook of Development Economics*, Cheltenham e Massachusetts, Edward Elgar Publishing;

Easterlin, Richard A. (1974), "Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence", em Paul A. David e Melvin W. Reder (orgs), *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz*, New York, Academic Press;

Escobar, Arturo (1992), "Planning", em Wolfgang Sachs (orgs), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, New York, Zed Books;

Escobar, Arturo (1997), "The Making and Unmaking of the Third World through Development", em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;

Estado Plurinacional da Bolívia (2009), *Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia* (Online), *Bolívia*.

Disponível em:

<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Constitucion.pdf>;

Esteva, Gustavo; Salvatore Babones e Philipp Babczyk (2013), *The Future of Development - A Radical Manifesto*, Bristol e Chicago, Policy Press;

Fatheuer, Thomas (2011), *Buen Vivir: A brief introduction to Latin America's new*

- concepts for the good life and the rights of nature*, Berlin, Heinrich Böll Foundation;
- Fragoso, António (2005), "Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas", *Revista Lusófona de Educação* (Online), 5 (63-83).
- Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a04.pdf>;
- Frank, Andre Gunder (1966), *The Development of Underdevelopment*, Thousand Oaks, Sage Publications;
- Friedmann, J (1992), *Empowerment: the politics of alternative development*, Oxford, Blackwell Publishers;
- Fundação Dag Hammarskjöld (1975), *What now: the 1975 Dag Hammarskjöld report on development and international cooperation*, Uppsala, Dag Hammarskjöld Foundation;
- Furtado, Celso (1974), *The myth of economic development and the future of the Third World*, Cambridge, University of Cambridge;
- Gilchrist, Alisson e Marilyn Taylor (2011), *The Short Guide to Community Development*, Bristol, The Policy Press;
- González, Freddy Alvarez (2011), *El Buen Vivir un paradigma anticapitalista*, UK, University of Cambridge;
- Graham, Carol (2005), "The Economics of Happiness. Insights on globalization from a novel approach", *World Economic*, (Online), 6 (3).
- Disponível em:
<http://www.brookings.edu/~media/research/files/articles/2005/9/globaleconomics%20graham/200509.pdf>;
- Groh, Dieter (1997), "Other Societies, Other Values" em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;
- Gudynas, Eduardo e Alberto Acosta (2011), "La Renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa", *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 16 (53), pp. 71-83;
- Harris, John; Janet Hunter e Colin M. Lewis (1995), *The New Institutional Economics and Third World Development*, London, Routledge;
- Huanacuni, Fernando (2010), "Paradigma Occidental y Paradigma Indígena Originario", *América Latina en Movimiento*, (Online), 452 (17-22).
- Disponível em: <http://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/HuanacuniParadigmaOccidentalIndigena2010.pdf>;
- Illich, Ivan (1973), *Tools For Conviviality*, New York, Harper & Row Publications.

Journal of Wellbeing, II (3), pp.222-235;

Kapur, Devesh; John P. Lewis e Richard Webb (1997), *The World Bank: its first half century*, Washington D.C., The Brookings Institution;

Krishnan-Kutty, G. (1999). *Thoughts of François Perroux and Raul Prebisch on Development Strategy of Third World Countries*, New Delhi, Northern Book Centre, (Online).

Disponível em:

http://books.google.pt/books?id=RnNblHhVKOAC&pg=PA178&lpg=PA178&dq=perroux&source=bl&ots=aWG_DXibDn&sig=TGmqoiD4YpDP9h_3N847BKQua64&hl=en&sa=X&ei=r fwWU_2fEePNygPFyIFg&ved=0CC8Q6AEwATgK#v=snippet&q=perroux%20development&f=false;

Latouche, Serge (1997), "Paradoxical Growth", em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;

Latouche, Serge (2011), *Pequeno Tratado do decrescimento sereno*, Lisboa, Edições 70;

Layard, Richard (2005), *Happiness: Lessons from a new science*, London, Penguin Books;

Levitt, Kari Polanyi (2008), "W. Arthur Lewis: Pioneer of Development Economics", *UN Chronicle*, (Online), XLV (1).

Disponível em: <http://unchronicle.un.org/article/w-arthur-lewis-pioneer-development-economics/>;

Maboloc, Christopher Ryan B. (2008), *The Concept of Human Development: A Comparative Study of Amartya Sen and Martha Nussbaum*, Master's Theses in Applied Ethics, Linköpings, Linköpings Universitet, (Online).

Disponível em: <http://liu.diva-portal.org/smash/get/diva2:18358/FULLTEXT01.pdf>;

Macas, Luis (2011), ELSUMAK KAWSAY (Online), *Decrecimiento y buen vivir - Artículos web site*.

Disponível em: <http://decrecimientoybuenvivir.files.wordpress.com/2011/01/sumak-kawsay-luis-macas.pdf>;

Maccallum, Diana *et al* (2009) (orgs.), *Social Innovation and Territorial Development*, Farnham e Burlington, Ashgate Publishing Limited;

Marks, Nic (2007), comunicação apresentada na *WeD International Conference 2007*, realizada no âmbito do Wellbeing in International Development, University of Bath, 28-30 de Junho de 2007, Bath;

Meadows, Donella; Jorgen Randers e Dennis Meadows (2004, 1ª Ed. 1972), *Limits to Growth: The 30-Year Update*, Vermont, Chelsea Green Publishing Company;

Michaelson, Juliet; Sorcha Mahony e Jonathan Schifferes (2012), *Measuring Well-being. A guide for practitioners*, London, New Economics Foundation;

Midgley, James (1995), *Social Development: The Development Perspective in Social Welfare*, London, Thousand Oaks e New Delhi, Sage Publications Ltd, (Online).

Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=5Ocr3qN8dyIC&q=social+development#v=onepage&q&f=false>;

Mohan, Giles (2008), "Participatory Development", em Desai, Vandana e Robert B. Potter (orgs.), *The Companion to Development Studies*, Oxon e New York, Routledge;

Norbeg-Hodge, Helena (1997), "Learning from Ladakh", em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;

Nussbaum, Martha C. (2011), *Creating Capabilities*, Cambridge, Harvard University Press, (Online).

Disponível em:

http://www.google.pt/books?id=Gg7Q2V8fi8gC&dq=nussbaum+capabilities&lr=&source=gbs_navlinks;

OCDE (2013a), *OECD Guidelines on Measuring Subjective Well-being*, OECD Publishing;

OCDE (2013b), *How's Life? 2013: Measuring Well-being*, OECD Publishing;

ONU (1997), UN Conference on Environment and Development (Online), *United Nations: It's Your World web site*.

Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>;

ONU (2011), About the Rio+20 (Online), *United Nations Conference on Sustainable Development web site*.

Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/about.html>;

OIT (1976), *Employment, growth and basic needs: A One-World Problem*, New York, London, Praeger Publishers, (Online).

Disponível em: http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1977/77B09_355_engl.pdf;

Oxfam Hong Kong (2014), Responsible Well-being, (Online), *Oxfam Hong Kong web site*.

Disponível em: <http://www.oxfam.org.hk/en/wellbeing.aspx>;

- PADHI (2009), *A Tool A Guide and a Framework: Introduction to a psychosocial approach to development*, Colombo, Social Policy Analysis and Research Centre;
- Perroux, François (1963), "A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo", *Revista Análise Social*, I (2), pp. 173-182;
- Perroux, François (1967, 1ª Ed. 1961), *A Economia do século XX*, Lisboa, Livraria Moraes;
- Perroux, François (1981), *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Peters, Gerhard e John T. Woolley (2014), Harry S. Truman: Inaugural Address (Online), *The American Presidency Project web site*.
Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=13282>;
- Prebisch, Raúl (1950), *The economic development of Latin America and its principal problems*, New York, Economic Commission for Latin America, (Online).
Disponível em:
http://biblioteca.cepal.org/search~S0*spi?/tThe+Economic+Development+of+Latin+America+and+Its+Principal+Problems/teconomic+development+of+latin+america+and+its+principal+problems/1%2C1%2C4%2CZ/1856&FF=teconomic+development+of+latin+america+and+its+principal+problems&1%2C%2C4%2C1%2C0;
- Priesner, Stefan (1999), "The Bhutanese Development Story", *Gross National Happiness : A Set of Discussion Papers*, (Online), 4 (24-62).
Disponível em: http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/savifadok/320/1/GNH_Ch3_Priesner.pdf;
- Rahnema, Majid (1997a), "Development and the People's Immune System: The Story of Another Variety of AIDS", em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;
- Rahnema, Majid (1997b), "Towards Post-Development: Searching for Signposts, a New Language and New Paradigms" em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;
- Rahnema, Majid e Victoria Bawtree (1997), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books;
- República do Equador (2008) *Constituição do Equador* (Online), Equador.
Disponível em: <http://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/08/Constitucion.pdf>;
- Rist, Gilbert (2009), *The History of Development*, New Delhi, Academic Foundation;

- Rong, Shi Neng (1996), *Buddhism - The Middle Path* (Online), *Teaching in Chinese Buddhism web site*.
- Disponível em: http://www.buddhanet.net/cbp2_f4.htm;
- Rostow, W. W. (1964), *Etapas do desenvolvimento económico: (um manifesto não-comunista)*, Rio de Janeiro, Zahar Editores;
- Sachs, Wolfgang (1992), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, New York, Zed Books;
- Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*, Lima, Instituto Internacional de Derecho y Sociedad;
- Santos, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Edições Almeida;
- Seers, Dudley (1969), *The Meaning of Development*, Brighton, Institute of Development Studies;
- Sen, Amartya (2003, 1ª Ed. 1999), *O desenvolvimento como liberdade*, Lisboa, Gradiva;
- Silva, Maria Manuela da (1964). "Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal", *Análise Social* (Online), II (7-8).
- Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1403/1/MS-AS-1964.pdf>;
- Smith, Adam (1790, 1ª Ed. 1959), *The Theory of Moral Sentiments*, London, A. Millar;
- So, Alvin Y (2010), "The Dependency and World Systems Perspectives on Development" em Charles Crothers (orgs.), *Historical Developments and Theoretical Approaches in Sociology*, New Zealand, Auckland University of Technology;
- Stöhr, Walter (1990), *Global Challenge and Local Response*, New York, The United Nations University;
- Streeten, Paul (1981), *First Things First: Meeting Basic Human Needs in the Developing Countries*, Washington, Oxford University Press;
- Ul Haq, Mahbub (1995), *Reflections on Human Development*, New York, Oxford University Press;
- United Nations Development Programme (2014), *About Human Development* (Online), *Human Development Reports web site*.
- Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/humandev>;
- United Nations Sustainable Development Knowledge Platform (1992), *Agenda 21* (Online), *United Nations Sustainable Development Knowledge Platform web site*.

Disponível em:

<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>;

Ura, Karma (2005) "The Bhutanese Development Story", *Center for Bhutan Studies & GNH Research* (Online).

Disponível em: <http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/Monograph/mono-1en-bt-dev-stry.pdf>;

Wallerstein, Immanuel (2005), *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*, Durham e Londres, Duke University Press;

White, Sarah (2008), *But what is Wellbeing? A framework for analysis in social and development policy and practice*, Paper for Regeneration and Wellbeing: Research into Practice, UK, University of Bath, (Online).

Disponível em: http://people.bath.ac.uk/ecsscw/But_what_is_Wellbeing.pdf;

White, Sarah (2009), "Bringing Wellbeing into Development Practice", *Wellbeing in Development Countries Research Group*, (Online), WeD Working Paper 09/50.

Disponível em: http://www.welldev.org.uk/wed-new/workingpapers/workingpapers/WeDWP_09_50.pdf;

White, Sarah (2013), "An Integrated Approach to Assessing Wellbeing", *Wellbeing and Poverty Pathways*, Briefing No. 1;

WHOQOL (1997), *Measuring Quality of Life*, WHO, Geneva.